

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

JOSÉ ROBERTO DA CUNHA BARBOSA

**SALAS DE LEITURA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE
GOIÂNIA E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO
FUNDAMENTAL - CICLO 1**

Goiânia
2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE
GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC nº 1204/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG):

Nome completo do autor: JOSÉ ROBERTO DA CUNHA BARBOSA

Título do trabalho: SALAS DE LEITURA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO 1

2. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF do TCCG.

José Roberto da Cunha Barbosa.
(Nome completo do autor)²

ciente e de acordo:

Rose Mendes da Silva
(Nome completo do orientador)²

Data: 18/07/2019.

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² As assinaturas devem ser originais sendo assinadas no próprio documento, imagens coladas não serão aceitas.

JOSÉ ROBERTO DA CUNHA BARBOSA

**SALAS DE LEITURA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE
GOIÂNIA E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO
FUNDAMENTAL - CICLO 1**

Trabalho de conclusão de curso elaborado como requisito para conclusão da disciplina TCC-2, do 8º período do curso de graduação em Biblioteconomia, da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Orientadora: Profa. Me. Rose Mendes da Silva

Goiânia
2019

Barbosa, José Roberto da Cunha Barbosa.

Salas de leitura nas escolas do município de Goiânia e sua relação com Ensino Fundamental - Ciclo 1 [manuscrito] / José Roberto da Cunha Barbosa, 2019.

59p. il.

Orientadora: Profa. Me. Rose Mendes da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Goiânia, 2019.

Apêndice.

Inclui abreviaturas, lista de quadros, lista de gráficos.

1. Salas de leitura 2. Biblioteca escolar 3. Escolas municipais de Goiânia I. Silva, Rose Mendes da, orient. II. Título.

**ATA DA SESSÃO DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO**

Aos 18/07 de 2019, a partir das 14h30 h, no(a)
salão LABICOM da FIC/UFG, foi realizada a sessão de defesa do Trabalho
de Conclusão de Curso de Biblioteconomia do(a)(s) discente(s)
JOSÉ ROBERTO DA CUNHA BARBOSA

com o título "Salas de leitura nas escolas do município
de Goiânia e sua relação com o ensino", orientado pelo(a)
professor(a) ROSE MENDES DA SILVA Fundamental-Ciclo I

A Banca Examinadora foi composta pelo(a) professor(a):
MARIA DE FÁTIMA GARBELINI

Às 15h20 h, a Banca Examinadora passou a julgamento, tendo o(s) candidato(s)
sido Aprovado com nota 8,5, resultante da média entre as
notas dos membros da Banca.

Rose Mendes da Silva

Presidente da Banca Avaliadora

Maria de Fátima Garbelini

Convidado(a)

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Benjamim, por sempre me apoiar nos estudos e por dividir sua sabedoria inexplicável.

À minha mãe, Zina, que sempre pensou primeiramente nos filhos, agora nos netos, com seu apoio incondicional.

À minha família, principalmente minhas tias Miriam e Simone, por sempre se preocupar com todos, ajudando e incentivando quando necessário.

Ao meu tio Nivaldo por fazer questão de pagar minha inscrição no vestibular da UFG quando eu fui aprovado.

À minha vó, Vina, por ter carisma, carinho e calma transmitindo paz a todos ao seu redor.

À minha orientadora, Rose, pela dedicação, confiança, paciência e respeito.

Às minhas amigas que conheci na UFG: Sarah Gomides, por sempre conseguir me entender quando ninguém mais consegue; Isadora, por sempre me mostrar que tudo tem seu tempo; Raquel, que faz falta quando ausente; e, por último, Jéssica, que sempre presta atenção em coisas aleatórias.

“Num mundo inundado de informações irrelevantes,
clareza é poder”.
Yuval Noah Harari

RESUMO

Este trabalho apresenta a análise de duas salas de leitura de duas escolas do município de Goiânia que atendem ao Ciclo 1. O objetivo foi levantar a identidade das salas de leitura através de leis e documentos e verificar se existe o exercício dessas leis. Para o desenvolvimento deste trabalho foram coletados dados através de entrevistas realizadas com auxiliares das salas de leitura e com as coordenadoras das respectivas escolas. Como base para este trabalho foram utilizados documentos e leis relativos a sala de leitura – os que foram localizados – e parâmetros de qualidade para biblioteca escolar visando recolher dados acerca da identidade deste ambiente. Como resultados, destaca-se a necessidade de tomar medidas para que o ambiente tenha uma identidade e de fato ganhe mais espaço dentro das escolas municipais, tornando-a mais acessível, bem como elaborar mais projetos que formem leitores, além de criar mecanismos de diálogos com o governo, podendo, assim, exigir que de fato os livros cheguem às estantes nas salas de leitura.

Palavras-chave: Salas de leitura. Biblioteca escolar. Escolas municipais de Goiânia.

ABSTRACT

This paper presents the analysis of two reading rooms of two schools of the municipality of Goiânia that meet the Cycle 1. The objective was to identify the identity of reading rooms through laws and documents and to verify if there is the exercise of these laws. For the development of this work, data were collected through interviews with reading room assistants and with the coordinators of the respective schools. As basis for this work were used documents and laws relating to the reading room - those that were located - and quality parameters for school library aiming to collect data about the identity of this environment. As a result, we highlight the need to take measures to make the environment have an identity and in fact gain more space within municipal schools, making it more accessible, as well as designing more projects that train readers, and creating dialogue mechanisms with the government and may thus require that the books actually reach the bookshelves in the reading rooms.

Keywords: Reading rooms. School library. Goiânia municipal schools.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de livros lidos por ano	19
Gráfico 2 - Quem mais influenciou os leitores a ler	20
Gráfico 3 - Principais formas de acesso ao livro no Brasil	21
Gráfico 4 - O que leitura significa para os brasileiros	22

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de matrículas da E. M. Benedita Luiza da Silva em 2018	38
Quadro 2 - Disponibilidade de computadores e internet da E. M. Benedita Luiza da Silva em 2018.....	38
Quadro 3 - Número de matrículas da E. M. Itamar Martins Ferreira em 2018.....	39
Quadro 4 - Disponibilidade de computadores e internet na E. M. Itamar Martins Ferreira em 2018.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CCJC	Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GEBE	Grupo de Estudo em Biblioteca Escolar
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions = Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
IPL	Instituto Pró-Ler
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LBD	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PL	Projeto de Lei
PNBE	Programa Nacional de Biblioteca Escolar
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico
RME	Rede Municipal de Educação
SNBE	Sistema Nacional de Biblioteca Escolar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 A IMPORTÂNCIA DA LEITURA	14
2.2 O RETRATO DA LEITURA NO BRASIL	18
2.3 SALAS DE LEITURA X BIBLIOTECAS ESCOLARES	23
2.4 SALAS DE LEITURA: FUNÇÕES NA ESCOLA.....	26
2.4.1 SALA DE LEITURA QUALIFICADA	28
2.5 ENSINO FUNDAMENTAL EM GOIÂNIA	30
2.5.1 ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO 1.....	33
3 METODOLOGIA	35
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	37
4.1 PERFIL DAS ESCOLAS.....	37
4.2 PERFIL E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DAS AUXILIARES DE SALA DE LEITURA	40
4.3 PERFIL E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DAS COORDENADORAS DAS ESCOLAS	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	56
APÊNDICE B – GUIA DE ENTREVISTA APLICADO ÀS COORDENADORAS	58
APÊNDICE C – GUIA DE ENTREVISTA APLICADO ÀS REPRESENTANTES DAS SALAS DE LEITURA	59

1 INTRODUÇÃO

Segundo o QEd¹, com base nos dados do levantamento do Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em 2017, das 113.455 escolas municipais em todo o Brasil nas áreas urbanas e rurais, apenas 25.948 (23%) têm biblioteca e 19.776 (17%) têm sala de leitura. Mesmo no melhor cenário, onde as escolas tenham acesso à biblioteca ou à sala de leitura, este número chegaria apenas a 40% (45.724) das escolas contempladas (FUNDAÇÃO LEMANN, 2018c).

Embora este tema seja bem recorrente em pesquisas, ainda há muito o que se debater para melhorar esse quadro. Segundo Silva e Bortolin (2006, p. 11), “[...] incorporar a biblioteca ao sistema educacional constitui-se uma das premissas elementares para educação brasileira uma vez que seu uso, ainda é mito, pois quando presente nos estabelecimentos educacionais é raro funcionar satisfatoriamente [...]”.

A mesma pesquisa realizada em âmbito regional, no município de Goiânia, mostra que, em 2017, nas áreas urbanas e rurais, havia uma situação alarmante: de 305 escolas apenas 81 (27%) possuíam acesso à biblioteca e 123 (40%) possuíam acesso à sala de leitura (FUNDAÇÃO LEMANN, 2018c). Este quadro é reflexo da ausência de medidas do governo e da falta de cobrança por parte da sociedade, que não está acostumada a exigir a existência de bibliotecas nas escolas. Silva e Bortolini (2006) afirmam que não é comum existir preocupação dos pais no momento da matrícula em relação à presença ou ausência de uma biblioteca na escola e que esse comportamento reforça a ideia do ensino centrado apenas nas informações transmitidas pelo professor.

A partir da observação destes dados, pode-se observar que, embora a realidade do município de Goiânia seja superior à média brasileira, ainda não chega a ser uma média satisfatória, pois muitas dessas escolas contempladas com sala de

¹ O QEd é um portal criado a partir de uma iniciativa inédita desenvolvida pela *startup* Meritt e a Fundação Lemann para mostrar números sobre aprendizado dos alunos e qualidade de ensino de forma visual, amigável e gratuita. A origem do conteúdo do site são os dados da Prova Brasil, do Censo Escolar e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com detalhamento das informações por estado, cidade e escola. O objetivo é permitir que a sociedade brasileira saiba e acompanhe como está a qualidade do aprendizado dos alunos nas escolas públicas e cidades brasileiras. O conteúdo está disponível em: <https://academia.qedu.org.br/como-usar/navegue-no-qedu/o-que-e-o-qedu/>. E também em: <http://www.clp.org.br/Show/QEdu--Aprendizado-em-foco?=l9Z61lIBcc3eDiJGNLB3+w==>. Acesso em: 12 dez. 2018.

leitura ou com bibliotecas enfrentam vários tipos de problemas – como o escasso acervo infantil, mobiliários inadequados, espaço inutilizado, funcionários sem qualificação na área e outros.

Segundo a Lei 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), “[...] a criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento [...]” (BRASIL, 1990). Sendo assim, é obrigação do município providenciar para que a criança e o adolescente recebam esses direitos e que eles sejam respeitados dentro da escola.

A biblioteca e a sala de leitura têm um grande potencial para serem os locais, nas escolas municipais, que promovam o acesso à informação, cultura, lazer, diversão e espetáculos. Não precisa ser necessariamente um local exclusivo a esses direitos, mas que os englobe. Neste contexto, busca-se compreender como é de fato a organização desses espaços, quais são as demandas informacionais feitas pela escola e pelo município e se existe algum tipo de treinamento voltado para os indivíduos responsáveis pelo ambiente.

No trabalho que aqui se apresenta pretendeu-se analisar duas escolas municipais com a hipótese que as salas de leitura nesses ambientes estão ou não estão incentivando e formando alunos leitores dentro do ambiente escolar.

Sendo assim, o objetivo geral se configurou em colher dados acerca das salas de leitura situadas no município de Goiânia e tentar apontar como de fato esses ambientes funcionam e se são ou não qualificadas para atender as demandas do Ensino Fundamental - Ciclo 1. O objetivo geral foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos: verificar como se configuram as salas de leitura na rede municipal de ensino de Goiânia; identificar os materiais bibliográficos disponíveis nas salas de leitura para o Ensino Fundamental - Ciclo 1; verificar como funciona a cooperação da sala de leitura com a sala de aula no Ensino Fundamental - Ciclo 1; mapear as ações das salas de leitura que buscam estimular os alunos do Ciclo 1 na formação do hábito de leitura.

Para responder à questão problema proposta – As salas de leitura das escolas da rede municipal de Goiânia estão qualificadas e conseguem atender às demandas do Ensino Fundamental - Ciclo 1? – foi feita uma coleta de dados em uma amostra composta por duas escolas de uma das seis regionais de Goiânia, a Maria Thomé, na região Sul da cidade. São elas: a) Escola Municipal Itamar Martins

Ferreira, no Setor Bela Vista; b) Escola Municipal Benedita Luiza da Silva, no Setor Pedro Ludovico. As escolas foram escolhidas por serem de fácil acesso e cumprirem os requisitos de possuir uma sala de leitura e atender crianças do Ensino Fundamental – Ciclo 1.

A importância da sala de leitura dentro de uma escola onde há a ausência da biblioteca faz com que esse ambiente se torne imprescindível, pois esse local pode se tornar o primeiro contato das crianças com os livros, fato que é de suma importância na formação educacional das crianças no Ciclo 1. Por isso esse assunto deve ser estudado e discutido com o objetivo de trazer melhorias tanto em termos de qualidade como de quantidade de salas de leitura nas escolas municipais de Goiânia.

A pesquisa Retratos de leitura do Brasil afirma que em seu tempo livre os brasileiros continuam preferindo outras atividades do que a leitura. Dados da quarta edição da pesquisa, em 2015, mostram que 73% alegaram preferir utilizar seu tempo assistindo televisão. Mostrou também que a leitura de livros também vem perdendo espaço para os computadores e celulares: redes sociais (35%) e WhatsApp (43%), especialmente na faixa de 14 a 29 anos (INSTITUTO PRO-LER, 2016). Logo, é muito importante realizar estudos que indiquem e apoiem medidas para a melhoria dos índices de leitura no Brasil.

Este estudo teve como objetivo conhecer o aspecto geral das salas de leitura escolares do município de Goiânia, de nível Fundamental – Ciclo 1, analisando as condições de trabalho dos funcionários, quantidade e qualidade do acervo, o acesso a diferentes tipos suportes de informação, a localização do espaço reservado a sala de leitura, a existência de projetos de capacitação dos funcionários e se eles conseguem atender as demandas das escolas e do município, cumprindo seu papel na formação dos alunos leitores e cidadãos críticos.

A motivação para estudar esse tema foi tentar compreender o cenário atual das salas de leitura nas escolas do município de Goiânia que ofertam o Ensino Fundamental – Ciclo 1, possibilitando, assim, maior visibilidade para futuros estudos, pois é de suma importância estender o diálogo sobre a importância deste espaço na formação dos alunos como leitores e cidadãos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para que se possa compreender a pesquisa científica proposta para este estudo, fez-se necessário elaborar um plano argumentativo sobre quais são os índices de leitura no Brasil, em diversas camadas da sociedade, principalmente no âmbito escolar, que é o foco do trabalho.

A pesquisa percorreu o caminho da importância da leitura de acordo com a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, passando por uma breve comparação entre salas de leitura e bibliotecas escolares, quais suas funções no âmbito educacional e qual o parâmetro de qualidade para ambas. E, por fim, apresenta-se a estrutura do Ensino Fundamental em Goiânia e do Ensino Fundamental - Ciclo 1.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA LEITURA

Para Sabino (2008), leitura é

[...] o acto de ler. Etimologicamente, ler, como muitas palavras portuguesas, deriva do latim. “Legere” é o termo que lhe deu origem e significa conhecer, interpretar por meio da leitura, descobrir. Ler implica o entendimento do que se lê, conhecer o significado das palavras lidas. Assim, praticar o acto de ler significa mais do que conhecer as letras do alfabeto, juntando-as para formar palavras. A apreensão do significado acompanha o acto de decifração dos símbolos. A palavra lida tem que ter significância para quem a lê. Caso contrário, a leitura assumirá uma forma exclusivamente mecânica, permanecendo quem lê no pântano da iliteracia funcional. Mas se o vocábulo for desconhecido, a busca do seu significado alargará o domínio do vocabulário e acrescentará conhecimento ao leitor. (SABINO, 2008, p. 2).

A forma como é conduzida a leitura pode ser complexa, muitos professores acabam ensinando-a apenas como uma ferramenta para que se possa adquirir novos conhecimentos e, por consequência, deixam a real importância da leitura de lado.

Embora os educadores enfatizem a necessidade da constituição do “hábito de ler”, muitos livros escolares transmitem uma visão de mundo repleta de (pré) conceitos, dando ao conceito de leitura um sentido formal. Compreender a leitura como uma atividade complexa implica superar a visão de mundo e de cultura que a considera apenas uma técnica, bem como reconhecer o sujeito leitor, imerso em uma relação com os outros e com o mundo”. (PERIN, 2009, p. 18).

A leitura não é apenas o ato de transmitir e compreender uma mensagem, mas sim interpretar aquela mensagem a partir da experiência de cada leitor, muitos leem uma mesma história, mas percorrem caminhos diferentes, por suas experiências de vida.

Neste sentido, é muito importante que as pessoas saibam não apenas decifrar o código linguístico e realizar uma leitura padronizada, buscando apenas pontos simples dentro de livros e textos, mas sim entender, interpretar, apreender e saber criticar ou não aquilo que lê, sobre os mais diversos temas que lhe interessarem.

Sendo assim, a leitura deve ser disseminada para a sociedade de modo geral, buscando diminuir gradativamente o índice de pessoas quem não conseguem interpretar e fortalecendo os laços dos leitores com os livros e demais suportes. Por consequência, diminuindo, assim, o analfabetismo funcional que, segundo Amorim (2008, p. 48), são “[...] os que sabem ler e escrever, mas não conseguem entender o texto que está diante deles [...]”.

É preciso compreender o perfil dos leitores e dos não leitores, quais informações buscam e quem são os principais influenciadores nesse processo, resultando, assim, em medidas eficientes para a reversão desse quadro. Os pais, professores e bibliotecários têm um importante papel na reversão desse cenário, pois um dos caminhos para melhorar a situação dos analfabetos funcionais, e consolidar mais leitores e alunos-leitores, é de fato estimular a leitura dentro e fora da sala de aula.

As salas de leitura das escolas municipais devem se atentar para o público dos três ciclos – pré-alfabetização, alfabetização e adolescência no ensino fundamental, elaborando medidas que contemplem suas respectivas demandas. Vale ressaltar que as escolas de Goiânia em âmbito municipal também podem ofertar o ensino médio e a educação jovens e adultos (EJA), logo, no município este público pode ultrapassar a fronteira dos três ciclos acima citados.

Exclusivamente no caso do Ciclo 1, foco do trabalho ora apresentado, as crianças de até dez anos associam muito a imagem do livro com algo prazeroso e interessante, pois é nessa época que elas têm o primeiro contato com a leitura. Nesta fase as leituras devem ser direcionadas e os livros devem ser mostrados página por página, enquanto se faz a leitura para que elas possam compreender que

aquela história que está sendo contada é decorrente do livro. Na visão de Jolibert (1994),

Ler para crianças é uma atividade fundamental. Na escola, uma das condições necessárias para que o professor possa desenvolver seu papel de mediador entre a criança e o conhecimento que a ela caberá construir sobre a leitura e escrita, é a de que ele também seja um leitor, de forma que essa mediação ocorra de maneira permanentemente prazerosa. (JOLIBERT, 1994, p. 150).

Na fase do Ciclo 1 a atenção deve ser redobrada com os materiais, livros, jogos e brincadeiras, tanto no conteúdo quanto no próprio formato, que são oferecidos para as crianças; e para tal são necessários determinados conhecimentos que os profissionais responsáveis pelas bibliotecas ou salas de leitura adquirem através de cursos ou mesmo de vivências.

Pode-se dizer que as funções desempenhadas pelos responsáveis das salas de leitura são similares às do bibliotecário em uma biblioteca, mesmo que de forma mais simplificada. A começar pelo tratamento técnico e organização do acervo, indo até o atendimento aos professores e alunos. As duas, sala de leitura e biblioteca, no ambiente escolar, de modo geral, devem se atentar prioritariamente para a finalidade primeira da biblioteca, que seria a disseminação de cultura por meio da disponibilização de acervos variados, além de apresentar projetos que envolvam atividades que despertem o gosto pela leitura.

Segundo Morin (2001, p. 56), “A cultura é construída pelo conjunto de saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo controla a existência da sociedade e mantém a complexidade social [...]”. Observa-se que as salas de leitura e bibliotecas escolares não devem apenas guardar os livros e sim pensar em formas de transmitir essa cultura de geração a geração.

A biblioteca escolar tem um papel fortíssimo na questão de disseminação cultural e, a sala de leitura, embora não tenha uma identidade formada, mas como representante de uma biblioteca na ausência dela em espaços da educação, também deve assumir esse papel. Laraia (2001, p. 50) afirma que “[...] existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema, e uma segunda é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro”.

Sendo assim, biblioteca e sala de leitura devem promover com força e seriedade esse contato, trazer para dentro do seu ambiente várias outras manifestações de cultura, tais como rodas de leitura, feiras, exposições de arte e música, visitas e palestras, bem como se preocupar com decoração em datas comemorativas, entre outras ações.

Na Biblioteconomia, o bibliotecário atuando com essa habilidade é denominado agente cultural, porém, este não é um papel exclusivo da profissão, como afirma Almeida (1987, p. 36), que encara esta área “[...] como uma dimensão de um grande número de profissões. Da mesma forma que o bibliotecário, o sociólogo, o assistente social, o arte-educador, o músico, o professor, etc, podem desenvolver essa dimensão de sua profissão [...]”. Sendo assim, o agente cultural ou animador cultural ao qual Almeida (1987) se refere pode e deve ser incorporado por outros profissionais que não necessariamente o bibliotecário, entretanto, essa função pode ter um alcance melhor nas mãos deste profissional.

Melo e Vieira (2012) apresentam três características que o profissional precisa ter para atuar como agente cultural:

- a) Cabe ao gestor cultural, buscar, gerenciar e implantar projetos culturais, e após sua implantação delegar tarefas e responsabilidades para sua melhor realização, além de ajudar na formação de agentes culturais;
- b) O agente cultural deve agir como um bom exemplo a ser seguido pelos demais, deve ser o que se envolve, participa de todas as etapas na realização dos projetos, o criador e a criatura, enfim, o que ocupa a função fundamental para a elaboração da ação;
- c) Cabe ainda ao gestor cultural a escolha do co-produtor cultural, pessoa competente que o irá auxiliar na busca por resultados das ações desenvolvidas pelos membros das comunidades e instituições, é um coadjuvante na elaboração, mas não menos importante que o gestor. (MELO; VIEIRA, 2012, p. 20).

Concluindo que esta habilidade requer muito do profissional, o mesmo tem que ser ativo em todo o processo político da instituição, buscando parcerias tanto no ambiente escolar interno quanto no ambiente externo. Observa-se que muitas vezes o desconhecimento de patrocínios, projetos e ações culturais acabam refletindo diretamente na qualidade dos produtos oferecidos pelas escolas; são oportunidades únicas que as salas de leituras e bibliotecas devem se preparar para receber e desfrutar.

2.2 O RETRATO DA LEITURA NO BRASIL

Antes de abordar o significado da leitura em si, é necessário entender as demandas, fatos e dados que mostrem a realidade da leitura e de seus leitores em âmbito nacional. Para tal foi utilizada a pesquisa do Instituto Pró-Livro, denominada Retratos da Leitura no Brasil, de 2015, onde foram selecionados alguns dados mais pertinentes ao tema do trabalho.

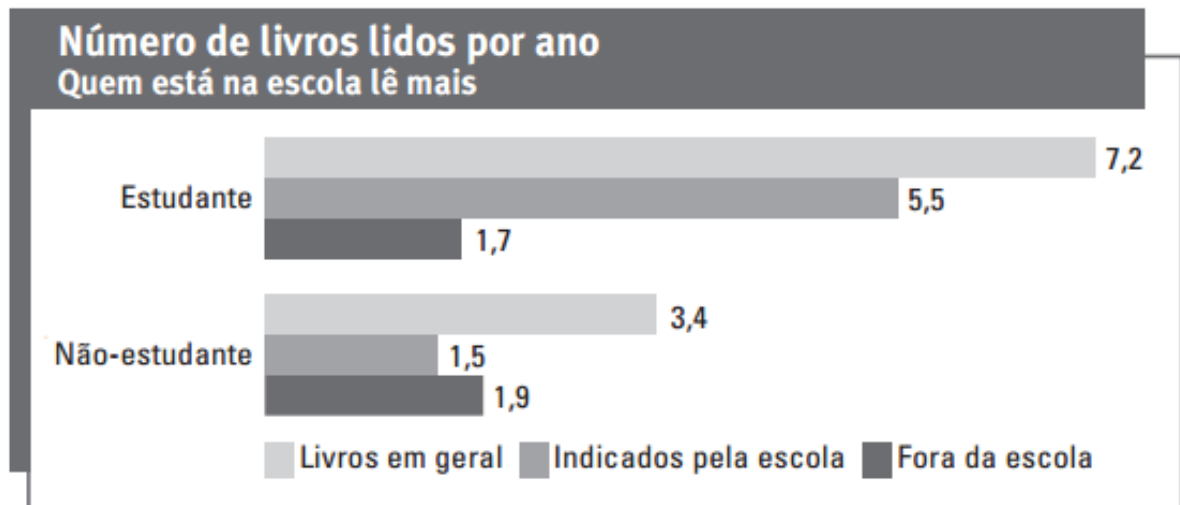
A pesquisa está em sua quarta edição, a última realizada até agora, e tem, como “[...] objetivo central conhecer o comportamento do leitor medindo a intensidade, forma, limitações, motivação, representações e as condições de leitura e de acesso ao livro – impresso e digital – pela população brasileira.” (INSTITUTO PRO-LER, 2016). Para responder a este objetivo e a outros objetivos específicos, o projeto tem alcance nacional e foi utilizada uma amostra de 5.012 entrevistas, pessoais, face a face, nos domicílios dos entrevistados, com a utilização de questionário elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa, no período de 23 de novembro a 14 de dezembro de 2015 (INSTITUTO PRO-LER, 2016).

Dentre os vários gráficos expostos na pesquisa sobre o perfil dos leitores brasileiros, foram tratados alguns, como a quantidade de livros lidos por ano, as motivações dos leitores para ler um livro, as principais formas de acesso ao livro no Brasil por classe social e o que significa leitura para os brasileiros.

Voltando para a presente pesquisa, para discutir a leitura no ambiente escolar, nas salas de leitura ou bibliotecas escolares com alunos do Ciclo 1, é preciso visualizar se os índices de leitura estão na média, se as leituras são mais pertinentes dentro ou fora das escolas e quem está exercendo o papel de mediador da leitura.

O primeiro gráfico retirado da pesquisa aborda a questão da leitura dentro e fora do ambiente escolar (GRÁFICO 1). Vale observar que a pesquisa considera leitor aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses; e não leitor aquele que declarou não ter lido nenhum livro nos últimos três meses, mesmo que tenha lido nos últimos 12 meses (INSTITUTO PRO-LER, 2016).

Pode se observar, no Gráfico 1, que os estudantes, em comparação aos não-estudantes, são mais propícios à leitura, pois o ambiente escolar reflete diretamente na formação do leitor, já que a escola cobra e oferece um ambiente onde a leitura é mais acessível.

Gráfico 1 - Número de livros lidos por ano

Fonte: Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (INSTITUTO PRO-LER, 2016).

A característica do leitor considerada na pesquisa mostra que os leitores são limitados ao tipo de leitura e a um tempo específico dessas leituras. Essa forma de padronização é muito importante para o resultado da pesquisa em questão, porém, segundo Jolibert (1994), a leitura tem uma abrangência maior.

Ler é ler escritos reais, que vão desde um nome de rua numa placa até um livro passando por um cartaz, uma embalagem, um jornal, um panfleto, etc., no momento em que se precisa realmente deles numa determinada situação da vida”, “pra valer”, como dizem as crianças. É lendo de verdade, desde o início, que alguém se torna leitor e não aprendendo primeiro a ler”. (JOLIBERT, 1994, p.15).

Nota-se que a leitura e as considerações de leitores vão muito além de ler um livro nos últimos três meses, mas é imprescindível ter um padrão fixo que torne a pesquisa viável, e, em decorrência dessas respostas, elaborar ações que melhorem esses índices.

Além do papel dos professores na mediação da leitura, o projeto também traz dados sobre quem mais influenciou a leitura para estes indivíduos. O Gráfico 2 mostra que os maiores responsáveis pela disseminação do hábito de ler estão dentro de casa e nas escolas. Mãe ou responsável mulher com 49%, professora com 33%, pai ou responsável homem com 30% e outro parente com 14%. Os números mostram como a projeção da leitura é importante, principalmente por parte

desses influenciadores, que colaboram direta ou indiretamente para a melhoria da leitura das pessoas ao seu redor.

Esses influenciadores de leitura podem ser considerados mediadores que estão “[...] no meio do processo, entre a escola e a biblioteca, entre o aluno e o acesso à leitura.” (SILVA; BORTOLIN, 2006, p. 14). Além de se fazer presente é muito importante ter contato diretamente com a leitura, ser um leitor, para poder saber dialogar e indicar, resultando, assim, na disseminação da leitura.

Gráfico 2 - Quem mais influenciou os leitores a ler *



Fonte: Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (INSTITUTO PRO-LER, 2016).

Segundo Silva (2003), “[...] ler é um direito de todos os cidadãos, entretanto, essa conquista só obterá êxito se a atividade docente estiver embasada em objetivos consistentes, adequados à realidade dos alunos, e se o professor for também, um exemplo vivo de leitor”.

Essa mediação pode ser feita pelo bibliotecário nas bibliotecas ou pelos responsáveis pela sala de leitura no âmbito das escolas municipais, porém, como se pode constatar a partir do Gráfico 2, é evidente a ausência desses dois profissionais no estudo, pois esse assunto ainda não está amplamente enraizado em políticas públicas e sequer em funções da própria escola, sendo cobrado, em muitos casos, como função exclusivamente dos professores.

A falta de representatividade dos bibliotecários nas escolas dos municípios se concretiza por diversos motivos, entre eles a ausência de leis que regularizem o

trabalho do profissional no ambiente escolar – mesmo estando em andamento a Lei n. 12.244, de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, tornando obrigatória a presença de um profissional por escola até o ano de 2020 (BRASIL, 2010).

Enquanto não acontece a aplicação da referida lei, a competência da mediação fica, na grande maioria dos casos, para os pais ou responsáveis e professores. Sendo assim, o governo de todas as esferas deve apoiar e disseminar projetos que favoreçam a prática da leitura e qualifiquem os professores; e os pais, por sua vez, devem auxiliar e acompanhar o desempenho de seus filhos.

Além de ser importante a figura dos mediadores, o acesso aos livros se faz tão necessário quanto, pois o contato contínuo com uma biblioteca, ou com livrarias, salas de leitura e pessoas que tenham o hábito de leitura, colabora no desenvolvimento da rotina de leitura em pessoas próximas. O Gráfico 3 indica algumas das principais formas de acesso ao livro por diferentes classes sociais.

Observa-se, no Gráfico 3, que as classes A, B e C possuem um acesso maior por meio de compras e pela internet; já as classes D e E são mais dependentes de livros distribuídos pelo governo e/ou pelas escolas. Isso só exalta a necessidade de haver bibliotecas que contemplem os dois públicos, pois, a partir dos dados, percebe-se que os índices de compras são maiores que os dos empréstimos feitos pelas bibliotecas em todas as classes.

Gráfico 3 - Principais formas de acesso ao livro no Brasil

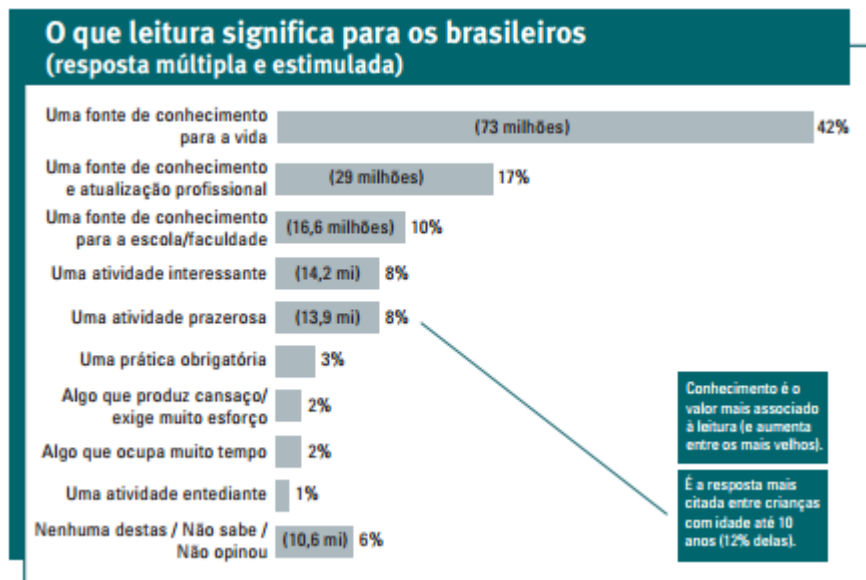
Principais formas de acesso ao livro no Brasil (Por classe social)					
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
Comprados	73%	65%	48%	32%	27%
Fotocopiados/ xerocados	5%	8%	8%	5%	2%
Presenteados	30%	30%	21%	24%	25%
Emprestados por bibliotecas e escolas	24%	31%	37%	33%	22%
Emprestados por particulares	35%	47%	46%	44%	49%
Distribuídos pelo governo e/ou pelas escolas	3%	11%	15%	29%	40%
Da Internet	10%	13%	9%	3%	3%
Não costuma ler livros	5%	6%	5%	4%	0%

Fonte: Pesquisa Retratos da leitura no Brasil (Resposta dada somente por leitores).

Fonte: Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (INSTITUTO PRO-LER, 2016).

No Gráfico 4 observa-se que 42% dos entrevistados considera a leitura como uma fonte de conhecimento para a vida; 17% uma fonte de conhecimento e atualização profissional; e 10% uma fonte de conhecimento para a escola/faculdade. Essas três respostas mais recorrentes retratam, de certa forma, como a leitura é ensinada, exemplificando a partir do projeto pedagógico do município de Goiânia: “[...] a leitura é tratada na maioria das vezes como uma técnica de decifração” (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE DE GOIÂNIA, 2016), quando, na verdade, ela também pode e deve ser tratada como uma atividade prazerosa.

Gráfico 4 - O que leitura significa para os brasileiros



Fonte: Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (INSTITUTO PRO-LER, 2016).

Logo, a sociedade aprende que a leitura é um meio de ascensão social e profissional. Um pouco distante, a quarta posição, com 8%, considera uma atividade interessante e, em quinto lugar, ainda com 8%, considera a leitura como uma atividade prazerosa – sendo que é a resposta mais citada entre crianças até dez anos de idade. Segundo Hillesheim e Fachin (2003/2004),

[...] as atividades de incentivo à leitura são imprescindíveis em qualquer escola, principalmente no ensino fundamental, onde é mais fácil inserir o hábito, pois, as crianças têm a grande capacidade de brincar de sonhar, de imaginar e brincando assimilam e assumem as atividades como parte de seu dia-a-dia. Mas, estas atividades precisam ser realizadas com a

colaboração mútua entre professores alunos e a biblioteca da escola [...]. (HILLESHEIM; FACHIN, 2003/2004).

A resposta mais recorrente como atividade prazerosa é justamente na idade em que as crianças têm o primeiro contato com o livro, quando estão no ciclo de alfabetização; quando, com boas instruções e experiências, podem se tornar leitoras.

Portanto, ao se observar os gráficos, pode-se concluir que os estudantes que frequentam as escolas, em comparação aos não-estudantes, estão mais propícios a criar o hábito da leitura. Os pais/responsáveis são os mais citados na pesquisa como sendo influenciadores, sendo de suma importância no desenvolvimento do hábito de ler. Os problemas, como, por exemplo, o acesso restrito aos livros, são mais evidentes nas classes sociais D e E, reforçando a importância e a necessidade de mais projetos que incentivem a leitura.

2.3 SALAS DE LEITURA X BIBLIOTECAS ESCOLARES

Hoje tanto nos municípios quanto no Estado de Goiás a profissão de bibliotecário no âmbito educacional não é reconhecida. Segundo o INEP, dados de 2017, disponíveis no site QEdU, no estado de Goiás existem 1.054 escolas estaduais nas áreas urbanas e rurais, destas, 867 (82%) possuem uma biblioteca. Na esfera do município de Goiânia há 305 escolas municipais nas áreas urbanas e rurais, destas, 81 (27%) possui biblioteca e 123 (40%) têm sala de leitura, contando com auxiliares de sala de leitura e professores, em situação de cumprimento de carga horária ou readaptados, para administrar esses ambientes (FUNDAÇÃO LEMANN, 2018c).

De acordo com as diretrizes operacionais da rede pública estadual de ensino de Goiás, o espaço denominado 'bibliotecas escolares' tem a seguinte definição:

Um espaço que agrega leitura, convívio, participação e pesquisa. É um ambiente privilegiado e singular na escola, podendo influenciar decisivamente na forma como a comunidade escolar vê, sente, pensa e age em relação à leitura e a aprendizagem, interferindo positivamente no clima e na cultura escolar. (GOIÁS, 2016).

Segundo a Secretaria de Educação e Esporte do Estado de Goiás (SEDUCE), o profissional delimitado para trabalhar na biblioteca escolar do estado seria o 'professor dinamizador de biblioteca', que tem como objetivos promover o acesso

aos livros, textos, revistas e outros materiais, com vistas à ampliação da leitura, formação de leitores; bem como o aprimoramento dos estudos e atividades que fortaleçam o convívio (GOIÁS, 2016).

O Decreto n. 1.080, de 11 de abril de 1996, define, em seu art. 1º, as funções do professor modulado como auxiliar de biblioteca nas escolas municipais em Goiânia.

- I. Organizar, zelar e administrar o acervo e funcionamento da biblioteca escolar;
- II. Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de consulta de livros didáticos, literários e de pesquisa, para assessorar, orientar e apoiar o aluno e professor;
- III. Desenvolver na biblioteca, atividades didáticos-pedagógicas de reforço, aperfeiçoamento e enriquecimento relacionadas às diferentes áreas de estudo, planejando-as de acordo com o nível cognitivo do aluno;
- IV. Desenvolver atividades que incentivem a pesquisa e a literatura, como fontes de conhecimento. (GOIÂNIA, 1996).

Ainda no contexto do município de Goiânia, existe o ambiente da sala de leitura, cuja denominação aparece em documento da Secretaria Municipal de Educação, nas Diretrizes para Organização do Ano Letivo de 2006. Ele delimita as funções do 'auxiliar de sala de leitura' – novo termo utilizado pelas leis, lotado nas escolas com as seguintes atribuições:

[...] deverá participar do planejamento da unidade educacional, responsabilizar pela manutenção e funcionamento da sala de leitura, auxiliando o trabalho de atendimento aos educandos. O mesmo deverá participar de cursos de formação para o desempenho da função. (GOIÂNIA, 2006).

Tanto os auxiliares das salas de leituras na esfera municipal de Goiânia quanto os professores dinamizadores de bibliotecas na esfera estadual de ensino, de acordo com as suas respectivas leis, são professores ou agentes administrativos readaptados por diversos motivos e de diferentes níveis de escolaridade escalados para estar à frente das salas de leitura nas escolas.

Sendo assim, a sala de leitura é um local que recebe livros de diversos programas do governo e tem, como objetivo, incentivar a leitura nas escolas, mas, apesar dessa quantidade de livros, nem sempre há atenção especial para a forma como essas informações estão sendo transmitidas. Segundo Castro (2013),

Como prova disso, na última década, uma quantidade significativa de livros chegou às escolas, por meio das mais variadas iniciativas. É o caso do Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE), do governo federal, e do cantinho da leitura e do Programa de Bibliotecas das Escolas Estaduais, do governo do Estado de Goiás. Apesar de terem garantido a distribuição de livros de qualidade, esses programas não privilegiaram todos os aspectos necessários à constituição de uma biblioteca escolar, tais como: espaço físico, mobiliários, processo organizacional adequado ao público da escola e acervo selecionado que atenda à estrutura curricular do ensino fundamental e médio. (CASTRO, 2013, p. 244).

Por esse motivo, algumas salas de leitura são confundidas com bibliotecas. A falta de uma identidade para as salas de leitura e o desconhecimento da sociedade perante as atribuições das bibliotecas escolares contribuem para que haja essa ambiguidade nas delimitações de cada ambiente.

O manifesto da Unesco (MANIFESTO..., 1976, p. 158-163) mostra que a “[...] biblioteca é a porta de entrada para o conhecimento, fornece as condições básicas para o aprendizado permanente, autonomia das decisões e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais”. Tais condições básicas remetem a vários tipos de serviços oferecidos pela biblioteca, podendo variar dependendo do ambiente e de suas demandas. Mas, de forma geral, além de promover a leitura nos ambientes escolares, também é requisito ter um profissional que possua habilidades administrativas e culturais para assumir a administração desse espaço.

O bibliotecário é o profissional adequado para atender a essas demandas, pois, mesmo que os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) sejam elaborados com ênfases diferentes, as formações propostas na graduação em Biblioteconomia conseguem atender as demandas de diversos tipos de bibliotecas, inclusive as escolares. O PPC do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, por exemplo, é bastante abrangente e divide a grade de disciplinas em cinco eixos temáticos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2016). São eles: eixo administrativo, voltado para a administração do ambiente, pessoal e informacional; eixo técnico, relacionado ao tratamento técnico dos livros, como catalogação, indexação e classificação; eixo tecnológico, que domina a tecnologia e o processo das informações; e também conta com os eixos de fundamentos e metodológico,

formando, assim, bibliotecários capacitados para atuar em bibliotecas dos mais variados tipos e em ambientes afins.

Porém, esse conhecimento pode, visando atender a uma demanda específica, ser simplificado e ministrado em forma de cursos de curta duração para auxiliares de salas de leitura. Outra possibilidade para solucionar a falta de um profissional bibliotecário em cada biblioteca escolar é a figura do bibliotecário-supervisor que, segundo Campello (2010, p. 17), funciona como um “[...] responsável por um grupo de bibliotecas (nos casos em que a biblioteca faz parte de um sistema/rede que reúne várias bibliotecas [...])”. Este bibliotecário-supervisor coordenaria, então, um grupo de bibliotecas no município.

O município de Goiânia promove vários cursos, palestras com diferentes temáticas visando estimular os readaptados que atuam em salas de leitura. As entrevistas com os responsáveis das salas de leitura propostas para este trabalho foram realizadas no sentido de observar se esses cursos são ou não suficientes para a atuação e o desenvolvimento de suas funções dentro do ambiente.

2.4 SALAS DE LEITURA: FUNÇÕES NA ESCOLA

A sala de leitura nas escolas onde não há biblioteca é de suma importância na formação dos alunos como leitores e no fornecimento de material bibliográfico necessário às atividades de professores e alunos. Podendo, inclusive, ir além, elaborando projetos de leitura, dramatização, declamação de poesias, ilustração e até mesmo recriar as histórias contadas – desempenhando papel primordial na formação do hábito de leitura já nos primeiros anos na escola.

Levando em conta que esse ambiente pode proporcionar um universo de sentimentos positivos e incentivar cada vez mais a leitura no País, onde, possivelmente, em diversas realidades, o primeiro contato que a população brasileira tem com o livro seja a partir do acervo da sala de leitura, pode-se perceber a necessidade de voltar um olhar mais crítico sobre a funcionalidade e a importância desse ambiente nas escolas.

Conforme Vitorino (2006), o manifesto da Federação Internacional de Associação de Bibliotecários e Instituições (International Federation of Library Associations and Institutions - IFLA) diz que

A biblioteca escolar proporciona informação e ideias fundamentais para sermos bem-sucedidos na sociedade actual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve, nos estudantes, competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis. (VITORINO, 2006, p. 3).

Entendendo a ideia de biblioteca e a representação da sala de leitura nesse contexto, tem-se um ambiente em condições totalmente fora do mínimo esperado: bibliotecas escolares funcionando apenas como ‘depósitos de livros’ ou, pior, trancados por falta de recursos humanos; ou ainda, utilizadas como local de punição ou castigo (SILVA, 2003).

O Projeto Lei n. 9.484/2018, de autoria de Laura Carneiro e que modifica a Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010, dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País (BRASIL, 2018). O PL está aguardando parecer do relator na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania (CCJC), da Câmara dos Deputados, e, caso seja sancionado, terá, de fato, um impacto grande no cenário das bibliotecas escolares no Brasil quando entrar em vigor. A partir desse momento a biblioteca escolar se tornará um equipamento cultural obrigatório amparado por lei.

Em sendo sancionada, a lei trará mudanças que facilitarão a organização das bibliotecas escolares, como a criação do Sistema Nacional de Biblioteca Escolar (SNBE). Enquanto o PL segue os trâmites, é possível, segundo Silva (2003, p. 23), criar no contexto escolar “[...] espaços que, se minimamente organizados, podem desempenhar um importante papel na elevação do nível cultural e da consciência crítica brasileira”.

Desta forma, a sala de leitura se torna a representação do instrumento pedagógico/didático que auxilia no processo de ensino/aprendizagem, colaborando com os professores na disseminação da informação no ambiente escolar. Ao fornecer o material bibliográfico necessário às atividades de professores e alunos de uma escola, ela estará intimamente relacionada ao ambiente escolar, funcionando como verdadeiro complemento das atividades realizadas em classe.

Seu papel é o de mediar a leitura e oferecer a informação de acordo com a demanda de cada atividade. Assim sendo, os materiais que devem possuir em seu acervo para apoiar o professor em sala de aula são, segundo Campello (2001):

Para atividades de linguagem na fase de educação infantil são: jornais, revistas, enciclopédias, dicionários, almanaques, palavras cruzadas, livros de receitas culinárias, contos, mitos, lendas, “causos populares, fabulas, relatos históricos, além de uma variedade de artefatos gráficos como textos de embalagens, rótulos anúncios, slogans, cartazes, folhetos, cartas, bilhetes, cartões, convites, etc. [...]. (CAMPELLO, 2001, p. 73).

Além de todo esse material que deve ser disponibilizado prioritariamente para os alunos e professores, e, em segunda instância, para a comunidade local, falta estabelecer políticas que esclareçam sobre os serviços oferecidos pela sala de leitura. E, além da falta dessa organização, dificilmente se encontra materiais diferenciados nas salas de leitura, sendo que, muitas vezes, quando eles estão disponíveis, estão desatualizados.

Segundo o Projeto Pedagógico de Goiânia, “[...] o trabalho pedagógico do Ciclo 1, orientado pelo desenvolvimento do pensamento e da linguagem, deve ter como principal objetivo o processo inicial de alfabetização.” (GOIÂNIA, 2016, p. 32). Logo, a sala de leitura que tem como alvo essas crianças, deve-se moldar com todos os tipos de materiais tendo como objetivo a alfabetização.

2.4.1 Sala de leitura qualificada

Uma sala de leitura qualificada é aquela que atende as demandas solicitadas e que se antecipa às novas, devendo se atentar prioritariamente aos princípios de acessibilidade, atendimento aos usuários, qualidade do acervo e serviços oferecidos, além do desenvolvimento do ambiente.

Observa-se que, para suprir essas demandas, pode-se utilizar como base o conhecimento da Biblioteconomia e, neste sentido, nada mais importante que a base das cinco leis de Ranganathan (2009):

- a) Primeira lei: Os livros são para usar – Em resumo, é o direito a todas as pessoas de ter acesso aos livros. No contexto escolar, onde as salas de leitura atuam, quase sempre estas não são abertas à comunidade local e, muitas vezes, não facilitam o empréstimo nem mesmo para os alunos;
- b) Segunda lei: Todo livro tem seu leitor – Assim com o mundo é repleto de pessoas com diferentes etnias e cada uma delas tem suas singularidades e preferências, as bibliotecas também têm suas variáveis, podendo ser públicas, universitárias, escolares, entre outras, tendo como objetivo se

- atentar às necessidades dos usuários, dependendo da sua organicidade e oferecendo pelo menos um livro de interesse para cada tipo de pessoa;
- c) Terceira lei: Todo leitor tem seu livro – Nessa lei o importante é que o livro chegue nas mãos do leitor, observando-se desde o tratamento técnico de qualidade até na habilidade do bibliotecário de decifrar as necessidades do usuário, podendo também promover a disseminação da informação;
 - d) Quarta lei: Poupe o tempo do leitor – Refere-se à eficiência de todo o sistema da biblioteca/sala de leitura, desde guarda-volumes até na hora de emprestar ou devolver um livro. Deve ser bem sinalizada e organizada para melhorar a agilidade dos processos, economizando tempo tanto dos usuários quanto dos profissionais;
 - e) Quinta lei: Uma biblioteca é um organismo em crescimento – A todo instante tem-se informações novas via internet, mas isso para uma biblioteca é mais difícil, pois são necessárias verbas destinadas para obter informações e fazer com que elas cheguem até as prateleiras e sejam disponibilizadas para os usuários. Logo, a biblioteca deve se expandir tanto em tamanho, quanto em acervo, respeitando todas as outras quatro leis.

Essas leis servem de base para todas bibliotecas e, se forem minimamente cumpridas, as salas de leitura conseguirão atender aos alunos e professores e até mesmo à comunidade local. Entretanto é necessário que ela seja disseminada e inserida aos PPP's das escolas como uma forma de ser respeita nas salas de leitura.

Além das leis de Ranganathan, pode-se utilizar também como base de qualidade os Parâmetros para Bibliotecas Escolares, um trabalho do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE), que orientam sobre o espaço físico, acervo, computadores com acesso à internet, organização do acervo, serviços e atividades e pessoal. Todos esses parâmetros são divididos em dois níveis o nível básico, em que a biblioteca deve funcionar, e aponta o nível exemplar, isto é, um horizonte a ser alcançado (CAMPELLO, 2010).

Ainda sobre os parâmetros, utilizou-se apenas o nível básico, já que o importante para este trabalho era avaliar apenas o funcionamento das salas de leitura, e como base do estudo, fez-se uma breve avaliação sobre as dependências

do ambiente e como elas funcionam através das falas dos auxiliares do ambiente e de uma breve observação do entrevistador.

Sobre o espaço físico, este deve ter, no nível básico: de 50 m² até 100 m², além de possuir assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, além de usuários avulsos (CAMPELLO, 2010).

Sobre o acervo, em nível básico, deve contar com pelo menos um título por aluno, respeitando a diversidade de gêneros textuais e fontes de informação destinadas aos variados usos escolares. Além de livros a biblioteca também deve contar com revistas e outros materiais não impressos, tais como: documentos sonoros, visuais e digitais (CAMPELLO, 2010).

Sobre computadores com acesso à internet, são essenciais como uma fonte de informação que complementa o acervo. Em seu nível básico deve ter pelo menos um computador ligado à internet para uso exclusivo dos professores e alunos em atividades de ensino/aprendizagem (CAMPELLO, 2010).

Acerca da organização do acervo, este deve ser organizado para permitir que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez. No nível básico os livros devem ser organizados de maneira correta, permitindo a recuperação por autor, título e assunto (CAMPELLO, 2010). Sobre serviços e atividades, em seu nível básico a biblioteca deve oferecer serviços como consulta no local, empréstimo domiciliar, atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa (CAMPELLO, 2010).

Sobre o pessoal, a biblioteca deve contar com um bibliotecário supervisor, responsável por um grupo de bibliotecas (nos casos em que a biblioteca faz parte de um sistema/rede que reúne várias bibliotecas), além de funcionários para o atendimento em cada uma das bibliotecas, em cada turno (CAMPELLO, 2010).

A partir desses parâmetros uma breve avaliação foi feita nas escolas da pesquisa e pontuadas no perfil da escola.

2.5 ENSINO FUNDAMENTAL EM GOIÂNIA

Sobre a educação, o Art. 211 da Constituição Federal diz que: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino [...]” (BRASIL, 1988). No segundo parágrafo deste artigo está definido que os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental

e na educação infantil, conforme a redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996 (BRASIL, 1988).

Atualmente a educação brasileira nos municípios pode funcionar tanto na educação seriada, que implica na ideia de curso (percurso, definido de antemão, a ser seguido pelo aluno) e possibilita o surgimento da avaliação de final de ano e da repetência, quanto optar pela educação em ciclos que acaba tentando oferecer a educação necessária para o estudante de acordo com sua necessidade e em um processo continuado entre os ciclos. Foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9394/96, em seu artigo 23, que determina o fim da obrigatoriedade da organização escolar em séries, tornando possível a adesão às formas de organização mais flexíveis, dentre elas, o ciclo (GOIÂNIA, 2016).

Segundo a proposta pedagógica do município de Goiânia, no ano de 2001 todas as unidades escolares que atendem crianças de seis a oito anos, passaram a ser organizadas como Ciclo 1, ciclo da infância. Em 2002 as escolas que atendem as crianças de nove a 11 anos passaram a ser organizadas em sua totalidade como Ciclo 2, ciclo da pré-adolescência. Em 2003 as escolas que atendem as crianças de 12 a 14 anos foram organizadas como Ciclo 3, ciclo da adolescência. Portanto, somente a partir de 2003 é que todo o sistema municipal de educação de Goiânia passou a se estruturar a partir dos ciclos de formação e desenvolvimento humano (GOIÂNIA, 2016).

O modelo de proposta pedagógica implantada pelo município de Goiânia foi elaborado a partir de discussões e reflexões coletivas que envolveu, entre 2013 e 2016, professores, coordenadores, diretores, apoios pedagógicos, pais e educandos. Representantes de outros segmentos, como o Conselho Municipal de Educação (CME), os sindicatos e as universidades, também participaram, contribuindo com o debate.

O resultado dessa proposta foi seis capítulos da proposta pedagógica do município de Goiânia que auxiliam os professores em suas funções. O primeiro apresenta os fundamentos e princípios políticos e pedagógicos. O segundo trata das questões concernentes ao cotidiano das escolas. O terceiro capítulo expressa os referenciais, as concepções e os objetivos que devem embasar o processo de construção e materialização do currículo.

Já o quarto capítulo diz respeito à fundamentação teórica e às orientações para a avaliação, tanto do processo de ensino e aprendizagem (avaliação da

aprendizagem escolar), quanto da instituição (avaliação institucional). O quinto capítulo explicita a política para a alfabetização, definindo seus pressupostos e orientações teórico-metodológicas. Por fim, o sexto capítulo delinea o percurso da educação escolar em tempo integral na rede municipal de educação (RME) (GOIÂNIA, 2016).

Além dessa proposta pedagógica, as escolas podem e devem elaborar seus respectivos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP). Este documento deve ser elaborado por meio da construção e mobilização coletiva da comunidade escolar e deverá ser validada a participação dos diferentes segmentos nas decisões administrativas, pedagógicas e financeiras da escola.

O PPP tem como objetivo expressar os interesses reais e coletivos da população majoritária, indo muito além de um simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversas. Ele é elaborado principalmente com a intenção de fazer e realizar as ações propostas, buscando, permanentemente, a reflexão e a discussão dos problemas das escolas. De acordo com Vasconcellos (2007), sobre o processo de elaboração do PPP, é preciso se atentar para:

- a) O que se quer: refere-se a um posicionamento político e pedagógico que compreende uma visão de homem e de sociedade e a definição das ações pedagógicas e das características da instituição que se deseja construir;
- b) O que falta: diz respeito às necessidades indicadas a partir da análise e do diagnóstico da realidade;
- c) O que fazer: trata-se do que é necessário e possível realizar, por meio de uma proposta de ação diminuindo a distância entre a realidade que se apresenta e a que se almeja.

São os PPP's de cada escola municipal que acabam refletindo diretamente em suas identidades, pois é o reflexo das cobranças dos professores e da comunidade que se comprometem com uma educação de qualidade, onde sejam formados cidadãos críticos e criativos. Assim, o ensino do município de Goiânia utiliza como base a proposta pedagógica do município e cada escola tem a liberdade de elaborar seus PPP's, desde que tenham como base as leis e respeitem os direitos das crianças de brincar e aprender ao mesmo tempo.

2.5.1 Ensino Fundamental - Ciclo 1

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o ensino fundamental deve ter duração de nove anos e como objetivo a formação básica do cidadão, incluindo-se aí o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos: o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade (BRASIL, 1996).

Atualmente o ensino fundamental é a etapa mais longa da Educação Básica, dividida em duas fases: anos iniciais e anos finais. Durante esse período de desenvolvimento dos estudantes entre seis e 14 anos, e ao longo desse período, os alunos necessitam de uma educação que mostre as formas de relação com o mundo.

A LDB, em seu art. 32º, dispõe que a educação básica do cidadão tem como objetivos:

- I. O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. A aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;
- IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996).

Com base nessa visão de desenvolvimento, e respeitando os princípios que constam nessa mesma resolução, os quais são éticos, políticos e estéticos, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) divide em cinco grandes áreas os conteúdos a serem ministrados: área de linguagens, área da matemática, área de ciências da natureza, área de ciências humanas e área de ensino religioso.

Sendo assim, nos anos iniciais – dos alunos de seis a 11 anos, e nos anos finais – dos alunos de 12 a 14 anos, o ensino fundamental de Goiânia é dividido em ciclos, que são orientados pelas necessidades de aprendizagem do educando e, conseqüentemente, o tempo escolar passa a ser organizado em fluxos mais flexíveis, sendo que cada um deles tem seus objetivos a serem seguidos.

Segundo a Proposta Político-Pedagógica, para a educação fundamental da infância e da adolescência em Goiânia:

A organização em ciclos de formação e desenvolvimento humano pressupõe uma cultura escolar que rompa com o individualismo, com o trabalho parcelado, fragmentado e hierarquizado. Essa cultura somente será viabilizada por meio do trabalho coletivo, ou seja, a partir da organização e articulação do trabalho de todos profissionais da instituição. Nesse sentido, há que se pensar a necessidade de interpelação entre as esferas administrativas e pedagógicas. (GOIÂNIA, 2016, p. 30).

Portanto, o trabalho de ciclos é dividido e deve se orientar a partir das especificidades da infância na idade escolar. O Ciclo 1 deve ter como principal objetivo o processo inicial de alfabetização, além da educação na escola articular o trabalho entre os diferentes conhecimentos e culturas e os tempos e espaços, levando em conta a apropriação da linguagem escrita e o desenvolvimento do pensamento científico (GOIÂNIA, 2016).

3 METODOLOGIA

A metodologia é a parte da pesquisa científica em que são descritos os procedimentos adotados para coleta de dados. Essa escolha é uma peça fundamental para que se tenha êxito nos resultados. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 14), metodologia científica “[...] é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

Sobre a finalidade da pesquisa científica, Prodanov e Freitas (2013, p. 131) afirmam que “[...] não é apenas um relatório ou uma descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo no que se refere aos dados obtidos. Para tal é imprescindível correlacionar a pesquisa com o universo teórico [...]”.

Segundo Gil (2007), pesquisa é definida como

[...] [o] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. (GIL, 2007, p. 17).

As pesquisas podem apresentar várias características além de apresentar diversos objetivos e finalidades, e o tipo da pesquisa que foi utilizada neste trabalho foi a qualitativa com objetivo exploratório. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Esse tipo de pesquisa é caracterizado pelo levantamento de dados – que, no caso, configura-se, neste trabalho, como as entrevistas realizadas com as coordenadoras e com as auxiliares de sala de leitura em duas unidades escolares do município de Goiânia com o objetivo de entender um pouco mais sobre a realidade tanto do ambiente quanto das leituras e projetos realizados (APÊNDICES B e C).

A amostra para a pesquisa que ora se apresenta é composta pelas escolas municipais de Goiânia que ofertam o Ensino Fundamental - Ciclo 1, na regional Maria Thommé, que compreende à região sul da cidade, e que têm sala de leitura em seu espaço educacional. Assim, foram selecionadas duas escolas que atendem o pré-requisito de possuírem salas de leitura das quais são a Escola Municipal Itamar Martins Ferreira situada no Setor Bela Vista e a Escola Municipal Benedita Luiza da Silva, no Setor Pedro Ludovico.

Foi determinado como instrumento para coleta de dados a utilização de entrevistas semiestruturadas com as coordenadoras pedagógicas que atuam no mesmo horário de funcionamento das aulas do Ciclo 1 na Escola Municipal Itamar Martins Ferreira e na Escola Municipal Benedita Luiza da Silva. A entrevista abordou temas como as salas de leituras e suas respectivas metas, projetos e programas de governo e também sobre processos administrativos dentro do ambiente.

Foi utilizada também outra entrevista semiestruturada, aplicada aos responsáveis das salas de leitura com objetivo de identificar projetos, incentivos e qual o envolvimento desses profissionais com os objetivos da escola. O objetivo das entrevistas foi o de entender um pouco mais dos projetos realizados nas escolas e como de fato eles se caracterizam.

Para realizar as entrevistas foi solicitada autorização formal à Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, mediante a entrega de uma carta de intenções. A autorização foi dada mediante o compromisso de repassar uma cópia do trabalho para a secretaria após sua conclusão. Ressalta-se que este estudo está vinculado à pesquisa “A leitura e suas concepções teóricas, históricas e conceituais: perspectivas no campo do letramento informacional e comportamento informacional em diferentes instâncias educacionais formais e informais” – projeto aprovado no Comitê de Ética da UFG (Processo CAAE 41236915.8.0000.5083/2015), coordenado pela Profa. Dra. Andréa Pereira dos Santos, do curso de Biblioteconomia da UFG, que tem, como um de seus objetivos, a identificação das práticas de leituras desenvolvidas em grupos educacionais do ensino básico ao ensino superior, bem como verificar o uso do letramento informacional no processo de ensino-aprendizagem.

Nas entrevistas realizadas foi apresentado, aos entrevistados, o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), disponível no Apêndice A.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Segue a demonstração de dados coletados de acordo com os objetivos específicos da pesquisa sobre as salas de leitura da Escola Municipal Itamar Martins Ferreira e Escola Municipal Benedita Luiza da Silva. A princípio se apresenta o perfil das escolas, utilizando como base os dados do QEdu, e, em seguida são analisadas as visões das coordenadoras e das auxiliares da sala de leitura acerca do ambiente de leitura.

4.1 PERFIL DAS ESCOLAS

É de suma importância mapear o perfil das escolas, saber se tem algum tipo de atendimento especial, se a maioria dos alunos são do ensino fundamental ou médio, se atende ou não a educação para jovens e adultos (EJA), quantos funcionários trabalham na escola e acerca também de suas dependências e materiais disponíveis para os alunos e comunidade. Pois a coleta desses dados facilita a exposição de direitos e deveres das escolas municipais.

4.1.1 Perfil da Escola Municipal Benedita Luiza da Silva

Segundo o site QEdu, dados de 2018, a Escola Municipal Benedita Luiza da Silva de Miranda é situada em área urbana, possui 78 funcionários, é organizada por ciclos e suas dependências não são acessíveis aos portadores de deficiência (FUNDAÇÃO LEMANN, 2018a).

O Quadro 1 mostra a quantidade de matrículas realizadas no ano de 2018 nesta escola. Nele é possível observar que a maior quantidade de alunos é no Ciclo 1, do 1º ao 5º ano, dessa forma, é possível que a sala de leitura estabeleça critérios para atender aos alunos deste ciclo, já que não há alunos de ensino médio e EJA.

Quadro 1 - Número de matrículas da E. M. Benedita Luiza da Silva em 2018

Área	Número de matrículas
Creche	0
Pré-escola	75
Anos iniciais (1° a 4° série ou 1° ao 5° ano)	373
Anos finais (5° a 8° série ou 6° ao 9° ano)	70
Ensino médio	0
Educação de Jovens e adultos	0
Educação Especial	15

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Fundação Lemann (2018a).

A partir dos dados apresentados no Quadro 2 observa-se que a situação de computadores é bem mais escassa que na outra escola, pois apresenta apenas dois computadores para o uso administrativo, talvez sendo até insuficiente para o uso da secretaria, atendem uma demanda de alunos similares a Escola Itamar Martins que conta com o dobro de computadores, dificultando ainda mais que um desses seja utilizado pela sala de leitura.

Quadro 2 - Disponibilidade de computadores e internet da E. M. Benedita Luiza da Silva em 2018

Recursos	Disponibilidade
Internet	Sim
Banda Larga	Sim
Computadores para uso dos alunos	18
Computadores para uso administrativo	2

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Fundação Lemann (2018a).

4.1.2 Perfil da Escola Municipal Itamar Martins Ferreira

Segundo o site QEdU, dados de 2018, a Escola Municipal Itamar Martins Ferreira é situada em área urbana, possui 101 funcionários, é organizada por ciclo e suas dependências são acessíveis aos portadores de deficiência, possuindo sanitários e sala de atendimento especial (FUNDAÇÃO LEMANN, 2018b). O Quadro 3 mostra a quantidade de matrículas realizadas no ano de 2018 nesta escola.

Quadro 3 - Número de matrículas da E. M. Itamar Martins Ferreira em 2018

Área	Número de matrículas
Creche	0
Pré-escola	41
Anos iniciais (1° a 4° série ou 1° ao 5° ano)	252
Anos finais (5° a 8° série ou 6° ao 9° ano)	259
Ensino médio	0
Educação de Jovens e adultos	111
Educação Especial	34

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Fundação Lemann (2018b).

Conforme os dados expostos no Quadro 3, a escola atende alunos desde a pré-escola até a EJA, além desse ainda conta com um alto número de alunos que necessitam da educação especial. Sendo assim, o acervo deve conter materiais diversificados para atender essa gama de demandas, principalmente com as crianças de educação especial que necessitam de materiais específicos, tais como: cegos, surdos e alunos com deficiência intelectual.

Porém, o foco do trabalho aborda os alunos do Ciclo 1, anos iniciais do 1° ao 5° ano, e suas necessidades. Assim, questionou-se, nas entrevistas, acerca do acervo, espaço físico, projetos culturais e atividades realizadas com essas turmas dentro das salas de leitura. No Quadro 4 estão os dados de computadores e internet disponíveis para uso da escola.

Quadro 4 - Disponibilidade de computadores e internet na E. M. Itamar Martins Ferreira em 2018

Recursos	Disponibilidade
Internet	Sim
Banda Larga	Sim
Computadores para uso dos alunos	20
Computadores para uso administrativo	4

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Fundação Lemann (2018b).

Dentro da sala de leitura é de suma importância o uso de um computador para a automatização do acervo, porém, como se pode observar no quadro exposto, apenas quatro computadores são destinados ao uso administrativo, dificilmente um desses computadores será disponibilizado para o uso da sala de leitura, sendo áreas prioritárias como a secretária e a coordenação pedagógica.

4.2 PERFIL E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DAS AUXILIARES DE SALA DE LEITURA

A seguir serão mostrados os perfis das auxiliares da sala de leitura que participaram da entrevista, sendo identificadas por A1 e A2, sendo a A1 responsável pela sala de leitura da Escola Municipal Itamar Martins Ferreira e a responsável pela Escola Municipal Benedita Luiza da Silva.

O perfil da auxiliar A1 é: tem 55 anos de idade, possui o ensino médio completo, fez apenas um curso sobre a sala de leitura, com duração aproximadamente de um ano, e o seu cargo de origem é cozinheira. Atualmente está readaptada e atuando na sala de leitura há quatro meses.

O perfil da auxiliar A2 é: tem 59 anos de idade, possui o ensino médio completo, fez nove cursos oferecidos pela prefeitura, sendo que dois desses cursos contemplam a temática da sala de leitura, sendo um deles citado por ela foi o 'Pró funcionário - atendimento por excelência'. Seu cargo de origem é porteiro servente e atualmente está readaptada, atuando na sala de leitura há três anos.

Seguem o resultado das entrevistas e análise das respostas das auxiliares das salas de leitura da Escola Itamar Martins Ferreira e Escola Municipal Benedita Luiza da Silva. As questões da serão apresentadas abaixo e as respostas das entrevistadas A1 e A2 apresentadas individualmente, com questões presentes no roteiro de entrevista e seus resultados referentes as salas de leitura e seu funcionamento, assim como projetos e ações culturais.

As questões aplicadas nas entrevistas foram direcionadas às pessoas que possuem vínculos com os alunos do Ciclo 1, no caso das auxiliares das salas de leitura que têm vínculo diretamente, e no caso das coordenadoras por estarem exercendo sua função no mesmo período no qual ocorre as aulas do Ciclo 1.

A primeira pergunta para as auxiliares foi sobre qual a frequência de visitas a biblioteca dos alunos do Ciclo 1 e como funciona esta visita. A auxiliar A1 informou que os alunos frequentam a sala de leitura uma vez por semana com os professores e são livres, porém há regras, não podem ir durante o atendimento de uma classe, pode ir antes da aula, entre 12h30 e 13h, e no recreio. A auxiliar A2 disse que os alunos têm os dias de frequentar a biblioteca acompanhados das professoras, que os orientam a identificar as figuras, contar o que conseguiram entender, desenhar dependendo do rendimento da turma. Disse também que a educação infantil passa

mais tempo assistindo vídeos sobre temas específicos na TV, como dengue ou algum documentário educativo.

A partir das respostas, sobre a primeira questão, constatou-se que é recorrente o uso das salas de leituras em horários marcados, isso reflete de forma muito positiva nos alunos, que começam a entender que esse ambiente pode e deve ser frequentado. Como afirma Oliveira *et al.* (2005, p. 8): “[...] desta forma o professor em parceria com a biblioteca poderá oferecer atividades e trabalhos que possam desenvolver o hábito e o gosto de frequentar a biblioteca”.

Acredita-se que a escola poderia incentivar a visita dos alunos em outros horários não marcados, às vezes a falta de demandas de outros períodos, matutino ou noturno, pode se inviabilizar pela falta de estrutura em comportar mais alunos que uma classe, sendo assim, faz-se necessário a organização desse ambiente para que possam oferecer algumas cadeiras e mesas, possibilitando o estudo em outros horários de aula. A segunda pergunta para as auxiliares foi sobre o horário de funcionamento da sala de leitura. Tanto a auxiliar A1 quanto a A2 disseram que estão funcionando desde o momento de chegada às 12:00 até as 18:00.

Reforçando o que foi tratado, é muito importante que as salas de leitura abram e acolham alunos de outros períodos, que sinalizem e divulguem horários em todos os períodos matutino, vespertino e noturno, possibilitando o uso do ambiente. Esse fator é muito importante, lembrando que o acesso aos livros em diferentes níveis sociais, por biblioteca e escola, encontra-se presente no Gráfico 3 (vide p. 16) e mostra-se essencial como um meio de distribuição de conhecimento.

A terceira pergunta para as auxiliares foi em relação à abertura da sala de leitura a comunidade local. A auxiliar A1 informou que apenas os pais dos alunos pegam livros emprestados em nome dos alunos. Funcionários e professores também usam a sala de leitura. A auxiliar A2 afirmou que sim, mas nunca houve demanda dos pais e contou que é muito difícil os alunos levarem livros também, possivelmente por falta de incentivo dos pais, até mesmo em acompanhar os filhos. A entrevistada contou que existe a política de empréstimo de livros, mas sua sugestão é que os professores peguem os livros para todos os alunos e os leve para sala de aula, pois assim os alunos realmente leem, não estragam e nem sujam, pois se levarem para casa às vezes nem chegam a ler.

Lembrando disso, é importante que as escolas, como representantes das salas de leitura, saibam dialogar sobre o valor da leitura e de seus benefícios. Bem

como, principalmente, instruir os pais sobre a importância do papel deles como mediadores e incentivadores de leitura. Neste sentido, sobre a biblioteca escolar, a IFLA a caracteriza como

[...] um serviço dirigido a todos os membros da comunidade escolar: desde os alunos, professores, administradores, profissionais de aconselhamento até os pais. Todos esses grupos requerem habilidades especiais de comunicação e cooperação. Os principais usuários são os alunos e os professores, mas também outras categorias de profissionais devem ser incluídas, por exemplo, o pessoal administrativo e os profissionais de aconselhamento. (MACEDO, 2005, p. 13).

Lembrando que os pais não são os únicos que devem estabelecer laços com as salas de leitura, é importante que as escolas criem mecanismos de diálogo com a comunidade. Utilizando de base o papel da biblioteca escolar, e integralizando na realidade das salas de leitura, deve ser de interesse da escola dialogar de forma positiva e aberta com crianças e adultos, entendendo a necessidade dos usuários, buscando a cooperação com indivíduos e grupos fora da comunidade escolar (MACEDO, 2005).

A quarta pergunta para as auxiliares foi se o ambiente proporciona boas experiências de leitura. A auxiliar A1 respondeu que sim, mas alegou que pode melhorar o espaço remanejando algumas prateleiras e colocando alguns pufes, colchonetes ou almofadas para aumentar o espaço de lazer. Afirmou também que considera a sala de leitura uma extensão da sala de aula, pois o que é tratado em um continua no outro ambiente. A auxiliar A2 disse que o espaço é suficiente e arejado, mas o problema é realmente o acervo, que está bem defasado, com muitos livros velhos e rasgados, além de ser um acervo pequeno.

A quinta pergunta foi um complemento da quarta, perguntou-se sobre o que pode ser melhorado nas salas de leitura. A entrevistada A1 respondeu que um dos problemas da sala de leitura são os livros desgastados e que os alunos já conhecem grande parte do acervo, assim, é preciso que o governo mande mais verbas ou novos livros. A entrevistada A2 disse que, conforme soube pela funcionária do turno matutino, faz muito tempo que o governo não encaminha livros para a escola. Mas, além do problema com o acervo também falta incentivo dos professores, pois alguns não se comprometem a trabalhar com livros. E, se não houver esse incentivo, dificilmente os alunos irão adquirir o hábito de frequentar a sala de leitura. Relatou também que não há visitas de pais à sala de leitura para buscar livros para seus

filhos, lembrou também da importância do incentivo à leitura dentro de casa. Acrescentou também que a sala de leitura no turno matutino é bem mais frequentada e que a responsável pela sala de leitura não pode deixar de abrir a sala, pois muitos alunos visitam o espaço; já a tarde a biblioteca fica fechada.

Nas respostas da quarta e da quinta questões sobre o ambiente e o que pode ser melhorado, o acervo é citado por ambas as entrevistadas como desatualizado e desgastado. Como já citado anteriormente, Campello (2010, p. 12) considera que “[...] o acervo, em nível básico, deve contar com pelo menos um título por aluno, respeitando a diversidade de gêneros textuais e fontes de informação destinadas aos variados usos escolares”. É de suma importância que esse parâmetro seja respeitado e que os materiais contemplem assuntos atuais e consigam chamar a atenção dos leitores. Acerca das respostas obtidas nesta questão, acredita-se que é necessário dialogar sobre a organização e expansão das salas de leitura. É importante atentar para a quinta lei de Ranganathan (2009), que diz: A biblioteca é um organismo em crescimento, porém, para que isso aconteça é necessário que o responsável do ambiente seja ativamente político dentro da escola, defendendo os interesses da mesma, o crescimento e a organização do ambiente.

Na sexta pergunta para as auxiliares foi questionado se existe alguma ação cultural ou projetos de leitura envolvendo a sala de leitura e, se sim, quais projetos e como funcionam. A auxiliar A1 respondeu que tem sim, o próprio PPP da escola contempla um projeto que consiste em a criança ler um livro e contar as histórias para o auxiliar da sala de leitura ou para os professores, incentivando a leitura nos alunos. Também disse que está fazendo um curso oferecido pela prefeitura sobre salas de leitura visando melhorar o atendimento às crianças. E também para buscar formas de ensinar aos alunos a terem gosto pela leitura, porque há uma demanda muito grande de trabalho que precisa de instrução: registrar livros, atendimento e a catalogação para ter uma biblioteca organizada.

Evidenciou ainda a ausência dos pais como incentivadores e disse também que nas reuniões eles são cobrados pelos professores, mas o retorno é muito pequeno. A auxiliar A2 contou ter feito um curso e realizado o Piquenique Literário, no qual os alunos pegam livros que ficam expostos, do seu agrado, e depois há um lanche. Disse também que falta incentivo por parte dos professores, que não ajudam a elaborar novos projetos, alegando estar sempre bastante atarefados em suas atividades.

O ambiente de leitura que está disposto a abraçar projetos de leitura com certeza colherá vários leitores, os projetos culturais não precisam necessariamente ser bem elaborados e mirabolantes, pode ser simplesmente abrir espaço de fala para que a criança conte uma história que leu na frente dos colegas ou ouvir uma história de forma diferenciada, sendo assim, é imprescindível que as escolas se atentem a essa carência.

A sétima pergunta para as auxiliares complementava a sexta questão e perguntava se os projetos foram ou são bem aceitos pelos alunos. A auxiliar A1 discorreu sobre a falta de vontade dos alunos, que eles não querem saber de leitura, assim, a sala de leitura precisa melhorar para atendê-los, no sentido de deixar o ambiente mais prazeroso para tentar envolvê-los com a leitura. A auxiliar A2 pontuou que aconteceu somente uma vez, quando fez o curso, e pretendem fazer mais vezes. Alegou que as crianças gostaram bastante, mas que é muito difícil um professor disponibilizar uma aula deles para fazer um evento, como o Piquenique Literário, na biblioteca, pois não dão importância ao projeto.

É importante ressaltar a importância da opinião dos alunos sobre os projetos, pois isso mostrará se as atividades culturais estão no caminho certo. Notou-se, durante as entrevistas, que há algumas dificuldades enfrentadas por parte dos professores, sendo assim, ressalta-se a importância de estes projetos da sala de leitura constar no PPP da escola e em documentos do governo, pois esses eventos devem ser regularizados como atribuições da escola.

Sendo assim, é necessário que as salas de leitura estejam dentro do planejamento escolar, tenham um papel na formação dos alunos, estejam em crescimento e organizadas. Assim como os responsáveis pelas salas saibam elaborar projetos com auxílios das coordenadoras e dos professores, e que estes estejam atuando politicamente nas questões referentes às salas de leitura, criando, assim, um ambiente esteticamente agradável e organizado para que as crianças se sintam acolhidas e possam desfrutar da leitura.

4.3 PERFIL E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DAS COORDENADORAS DAS ESCOLAS

A seguir são mostrados os resultados obtidos nas entrevistas com as coordenadoras das escolas Itamar Martins e Benedita Luiza da Silva, com base nos

objetivos específicos. As respostas estão identificadas por C1 para coordenadora do Itamar Martins e C2 para as coordenadoras do Benedita Luiza da Silva. Na escola Benedita Luiza duas das coordenadoras se dispuseram a serem entrevistadas, logo, as respostas expressas no trabalho como C2 correspondem às duas.

A primeira pergunta para as coordenadoras foi se existe uma formulação clara dos objetivos e das finalidades da sala de leitura em lei do município, ou algum documento interno produzido pela própria escola e colaboradores. A coordenadora C1 declarou não ter conhecimento de um documento ou lei que fundamente normas e regras, disse que organiza a sala de leitura para que ela funcione a partir de reuniões internas feitas por coordenadores, professores e representantes da sala de leitura. Contou ainda que existem documentos produzidos pela própria escola, como o Projeto Político Pedagógico (PPP), que é construído ao longo do ano, onde constam os objetivos, funções e projetos da sala de leitura, além de um outro documento interno e oficial da escola que legitima a mudança do termo 'biblioteca' para 'sala de leitura no âmbito escolar'. As coordenadoras C2 alegaram que as funções, objetivos e metas da sala de leitura foram inseridas recentemente no PPP da escola e que o objetivo da escola é propiciar o contato das crianças com o livro desde a educação infantil. Quanto à leis, disseram que desconhecem.

Dentro do projeto pedagógico da própria escola, como consta nas duas escolas, é preciso se atentar principalmente aos objetivos, às metas, às políticas de crescimento e organizacionais com o objetivo de disponibilizar e melhorar os serviços prestados, destacando o seu público alvo, gerando, assim, uma identidade para o ambiente da sala de leitura.

Portanto, é muito importante que de fato as leis passem a ser respeitadas – como a Lei n. 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário, e a Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010, que reforça a inserção do bibliotecário nas bibliotecas escolares – bem como tenha um acervo adequado ao número de alunos da escola.

Além disso, a prefeitura deveria criar uma base uniforme acerca dos direitos e das funções dos auxiliares de sala de leitura, pois, quando presente apenas em leis estas se encontram de uma forma defasada e simplória, que não englobam todas as funções exercidas por esse profissional. É o caso, por exemplo, do Decreto n. 1.080, de 11 de abril de 1996, que explana superficialmente acerca das funções dos

responsáveis pela sala de leitura e que nem apareceu nas respostas das coordenadoras.

A segunda pergunta foi se existe uma coerência entre o que é proposto e a prática do exercício da função. A coordenadora C1 afirmou que há a busca pela coerência, mas que nem sempre todos os objetivos são atingidos, por isso existe a necessidade de avaliação e de correções no PPP, assim como das atividades realizadas pela sala de leitura no decorrer do ano. Essas ações acontecem, segundo ela, na maioria das vezes, como planejado, mas ela acha que em alguns casos faltam materiais e recursos. As coordenadoras C2 alegaram que todo o planejamento é cumprido, talvez não da forma como tenha sido idealizado, mas que o esforço é realmente grande para cumprir o cronograma que está especificado no PPP.

Em ambas as escolas as salas de leitura são utilizadas em horários delimitados, com visitas das classes semanalmente com os professores em horários de aula. Considera-se imprescindível que haja o contato com os livros, materiais ou até mesmo em atividades como a citada pela auxiliar A2, que contou que os alunos da educação infantil utilizam bastante a televisão, criando, assim, um ambiente agradável.

A terceira pergunta foi se o governo proporciona o desenvolvimento de projetos na sala de leitura (auxílios, concursos, prêmios, eventos culturais e outros). A coordenadora C1 citou apenas um projeto, que ocorreu em 2018, o Programa Nacional do Livro Didático Literário (PNLD Literário), quando puderam fazer a solicitação de livros literários para cada turma da escola. Porém, até hoje não receberam esses livros e aguardam o recebimento deles até o final de 2019. Acrescentou ainda que com a mudança de governo pode ter acontecido algum problema no envio desses materiais, mas que, caso esses livros cheguem, a escola poderá trabalhar de uma forma mais qualificada. As coordenadoras C2 relataram que houve formação de professores no PNAC e que a prefeitura sempre está orientando nessa perspectiva, de incentivo à leitura. Comentou que há concursos de redação como o 'Na Ponta do Lápis', mas nesse caso só participam as escolas que têm interesse, e informou que não há cobranças por parte do governo, sendo assim, cabe à escola o papel de cobrança dos professores.

Como mostrado anteriormente, no Gráfico 3 (vide, p. 16), acerca das principais formas de acesso ao livro no Brasil, a sociedade, principalmente nas

classes D e E, necessitam desses projetos realizados pelos governos e do acesso a bibliotecas e escolas. Sendo assim, em muitos casos, podendo ser única forma de acesso ao livro por parte desta parcela da sociedade. Por isso o governo deve cumprir com seus projetos atuais e ampliá-los, disseminando, assim, livros e conhecimentos.

A quarta questão foi como funciona a aquisição de livros e se o governo envia os livros. A entrevistada C1 disse que o mais recente envio de livros foi do PNLD Literário, como dito na questão anterior, e que além desse auxílio a escola conta com doações da comunidade local. As coordenadoras C2 esclareceram que o governo envia desde livros didáticos até livros literários, porém, a última remessa que chegou de livros literários foi da época do PNAC, no qual os professores fizeram um curso e receberam um kit de livros. Também contaram que no início do ano fizeram uma seleção de títulos juntamente com os livros didáticos, mas que até o momento esta remessa de livros não chegou. Completou dizendo que os projetos federais estão mais parados, assim como o MEC, e não soube dizer se estão atrasados ou se o projeto realmente foi engavetado pelo governo.

Em ambas as escolas foram feitas seleções para aquisição de livros, que estão em processo de entrega, porém, a falta de elementos que possibilite o diálogo entre escola e governo é nítida. Em ambos os casos as coordenadoras não sabem o que aconteceu, se é um simples atraso ou até mesmo o cancelamento do pedido.

A quinta questão para as coordenadoras foi se existe um fundo de verba destinado para essa aquisição. A coordenadora C1 respondeu que existe uma verba bem pequena, porém são destinadas a produtos de limpeza e afins. Afirmou também que não sabe quando essa verba chega na escola, nem sua porcentagem. As coordenadoras C2 relataram que a escola recebe uma verba para atender a todas as áreas, podendo ser destinada a vários tipos de interesses, e que a utilização dessa verba é decidida coletivamente em reuniões da escola, mas que como sempre há algo quebrado precisando de reparo e entre outras situações urgentes, a aquisição de livros acaba ficando sempre para segundo plano.

Dentre as respostas observa-se que existe sim uma verba, porém são tantas as demandas das escolas que dificilmente isso é investido em livros, ou materiais para o ambiente, deixando a sala de leitura em segundo plano. Por mais que as salas de leitura tenham suas funções e consigam atuar dentro das escolas, a falta de verbas para sua manutenção, bem como para a composição do acervo, compra

de equipamentos e de mobiliário reflete de forma geral no ambiente, tornando-o desinteressante aos olhos dos alunos.

A sexta questão era se a escola tem liberdade de escolha desses livros e se os professores participam desse processo de aquisição juntamente com os responsáveis pela sala de leitura. A coordenadora C1 disse que não participou desse processo na escola atual, mas que participou em outras escolas da rede na qual ela teve contato. No PNLD Literário quem fez as escolhas de livros foram os professores, baseadas em obras pré-aprovadas pelo MEC. As coordenadoras C2 disseram que os professores participam da escolha e aquisição de livros. Sobre a participação das responsáveis da sala de leitura na escolha dos livros, alegaram que isso não acontece pois, como esses responsáveis são pessoas readaptadas, não têm preparo para tal e ainda estão recebendo formação para exercer a função.

Ressalta-se, acerca da não participação das auxiliares sobre a escolha dos livros que, embora esses funcionários não tenham a qualificação do bibliotecário ou a formação de professor, eles têm muito a oferecer, pois está em pleno contato com as crianças, conseguindo, assim, identificar a preferência dos alunos.

A sétima questão aplicada às coordenadoras foi de como funciona o descarte dos livros, se a escola tem liberdade para doá-los, se ela devolve ou disponibiliza os livros para a prefeitura. A entrevistada C1 relatou que até os livros recebidos por doação são agregados ao patrimônio da escola e que a escola precisa prestar conta de todos. Caso aconteça a necessidade de descartar, a escola precisa entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação, enviar a relação de livros a serem a serem descartados para que faça o remanejamento da reserva técnica. A escola não tem liberdade para descartar ou doar os livros sem autorização da Secretaria. As coordenadoras C2 alegaram que devolvem os livros para reserva técnica ou fazem doação, mas que têm que solicitar autorização. Acrescentaram ainda que não fazem descartes de livros para o lixo.

É muito importante que as escolas conheçam seu acervo e consigam identificar o que ainda pode ser utilizado e o que deve ser descartado, no caso, enviando para a reserva técnica. E, a partir dessa atitude, de fato formar um acervo útil aos usuários e desconstruir a concepção da sociedade de que as bibliotecas escolares funcionam como um depósito de livros didáticos.

Doar os materiais que não são utilizados de fato nas escolas é imprescindível, pois além desses materiais ocuparem um espaço que pode ser utilizado para outros

fins, às vezes chegam doações de materiais que poderiam ser utilizados em hospitais – tais como material útil para recorte, ou livros com conteúdo inadequados para as crianças que poderiam ser doados às bibliotecas públicas. Mas de fato a existência de uma reserva técnica destinada a esse fim colabora muito no desenvolvimento do ambiente.

A oitava questão proposta para as coordenadoras foi se a escola proporciona projetos que contemplem a sala de leitura em datas festivas. A entrevistada C1 declarou que existe um projeto no qual a professora de língua portuguesa leva os alunos semanalmente à sala de leitura, em alguns casos fazem as sugestões de livros, e em outros o aluno fica livre para escolher. E o professor tem liberdade para fazer o planejamento dessa atividade, através de leituras, fichamento, teatro ou questões relacionadas ao livro. Acrescentou ainda que a professora tem um tempo determinado para desenvolver um trabalho com o título escolhido e que os usuários têm horário fixo para o contato com as obras literárias. As coordenadoras C2 disseram que sim, que toda sexta-feira as crianças levam uma ‘sacolinha literária’ para casa e que toda professora tem um acervo na sala. Além desse projeto existe também a Parada Literária, que envolve uma dramatização para as crianças. Esse projeto é feito no reagrupamento e posteriormente é trabalhado em sala de aula, disse que estão planejando outras paradas literárias que poderão ser com fantoches, teatro ou até mesmo a exposição de livros e o passeio a diferentes lugares, como, por exemplo, o quiosque.

Além das visitas regulares, os projetos tratados dentro da sala de leitura ou como uma extensão utilizando livros, por exemplo, a comemoração de datas festivas, colaboram em muito na aceitação do ambiente e para construir bons sentimentos em relação à leitura, formando possíveis leitores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar se as salas de leitura estão qualificadas para atender as demandas do Ensino Fundamental - Ciclo 1, desdobrando em verificar como as salas de leituras são organizadas, quais são os materiais bibliográficos disponíveis no ambiente, como funciona a cooperação da sala de leitura com a sala de aula e, por último, verificar se existem projetos culturais e se o estímulo à leitura é realizado com os alunos. Para alcançar essa meta buscou-se analisar duas escolas no município de Goiânia, a Escola Municipal Itamar Martins e a Escola Municipal Benedita Luiza da Silva.

No que refere à problematização esta pesquisa contribui para o conhecimento acerca das salas de leitura, sobre o que consta nas leis municipais e federais e em políticas internas das escolas. Para tal buscou referências dentro de parâmetros estabelecidos para as bibliotecas, visando, assim, um alinhamento de objetivos e metas a serem traçados.

Foi estudada a importância da leitura, utilizando como base dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, e, para a definição do que seria a sala de leitura buscou-se leis e documentos. Na ausência de documentos em que se pudesse configurar de forma integral a identidade das salas de leituras, utilizou-se como base também o trabalho de Bernadete Campello, apresentado na obra Parâmetros para biblioteca escolar, que norteou algumas atribuições e funções do ambiente. E, por último, fez-se um pequeno estudo a respeito da Proposta Pedagógica do Município de Goiânia para entender um pouco sobre o ensino fundamental - Ciclo 1.

As duas unidades de ensino estudadas contam com salas de leitura cujas responsáveis, no turno vespertino, são duas auxiliares readaptadas que possuem um curso de base e noções gerais sobre o ambiente e que, com o tempo, podem fazer mais cursos quando disponibilizados pela prefeitura. Sendo assim, observou-se que há uma preocupação por parte dos auxiliares no exercício da função. Porém, existem barreiras inviabilizando alguns projetos, como a falta de comunicação entre escola e governo, a ausência de leis que retratem efetivamente o ambiente, verbas para sua manutenção, a ausência dos pais como mediadores e, em alguns casos, até mesmo a ausência do professor na construção e execução dos projetos que envolvam a leitura.

A responsabilidade, em primeira instância, é delegada ao governo, pois é necessário que ele se atente às necessidades da formação de leitores, uma temática tão importante na qualidade do ensino; em segunda instância é das escolas, que agem de uma forma bastante passiva em relação a todos os problemas relacionados ao governo, pois a burocracia é sempre lenta e não existe um canal de comunicação eficiente, no qual a escola possa se atentar aos projetos e aos prazos. Mas, ao mesmo tempo, as escolas se ausentam das responsabilidades da criação desse canal de comunicação, gerando, assim, uma posição estática.

Aos representantes da sala de leitura cabe o trabalho de estar à frente de um ambiente tão importante que tem como objetivo a formação dos alunos leitores e que, ao mesmo tempo, precisam de uma formação qualificada em diferentes aspectos envolvendo a sala de leitura. A formação que os auxiliares recebem é suficiente para que o ambiente tenha um acervo organizado, um cronograma de visitas e um atendimento regular, porém, há várias dificuldades presentes, como o acervo defasado, o mobiliário inadequado e o espaço insuficiente para que possam atender alunos de outros períodos.

Sendo assim, é importante que as escolas se atentem para todos esses problemas e consigam organizar o ambiente. E, ao mesmo tempo, cobrar do governo medidas que tornem o ambiente da sala de leitura mais aprazível aos olhos dos alunos. É de suma importância que a escola assuma esse papel e entenda a importância desse ambiente, pois, como apresentado no Gráfico 1 (vide, p. 13), os alunos dentro das escolas são mais receptivos à leitura, e as classes D e E, principalmente, contam com a disseminação de conhecimento desse ambiente conforme os dados do Gráfico 3 (vide, p. 16).

Conclui-se que as salas de leitura não têm uma identidade formada em leis, podendo variar de escola para escola de acordo com os PPP's. No entanto, quando presentes, elas conseguem atender aos alunos do Ciclo 1 com visitas regulares. Existem projetos culturais envolvidos nas salas de leitura, porém, há uma série de burocracias para que estes projetos aconteçam, desde a elaboração até a execução, que acabam inviabilizando-os. Sendo assim, o papel das coordenadoras seria o de intermediar e participar desses projetos juntamente com as auxiliares e os professores, envolvendo toda a escola.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Cristina Barbosa. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1/4, p. 31-38, 1987.
- AMORIM, Galeno (org.) **Retratos da Leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Pró-Livro, 2008.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 9.484, de 2018** (da Sra. Laura Carneiro). Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=8BAEBD8A672AFB0E045D4946F969EB44.proposicoesWebExterno1?codteor=1641422&file name=Avulso+-PL+9484/2018. Acesso em: 12 dez. 2018.
- BRASIL. Casa Civil. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11 dez. 2018.
- BRASIL. Casa Civil. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 7 dez. 2018.
- BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das Bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 5 jul. 2019.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece Diretrizes e Bases para educação em nível Nacional. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691412/artigo-32-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 27 dez. 2018.
- CAMPELLO, Bernadete Santos *et al.* A coleção da biblioteca escolar na perspectiva dos parâmetros curriculares nacionais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 6, n. 2, p. 71-88, jul./dez. 2001.
- CAMPELLO, Bernadete *et al.* **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: parâmetros para biblioteca escolar. Belo Horizonte: autêntica, 2010.
- CASTRO, Maria das Graças Monteiro. Leia Goiânia: uma experiência pedagógica de criação de bibliotecas da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. *In*: CLÍMACO, Arlene Carvalho de; LOUREIRO, Walderês Nunes. **Para além da escola**: por uma política pública intersetorial. Goiânia: ANPAE, 2013. p. 243-261.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Escola Municipal Benedita Luiza da Silva de Miranda:** matrículas e infraestrutura. São Paulo: Fundação Lemann, 2018a. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/escola/250081-em-benedita-luiza-da-silva-de-miranda/sobre>. Acesso em: 1º jul. 2019.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Escola Municipal Itamar Martins Ferreira:** matrículas e infraestrutura. São Paulo: Fundação Lemann, 2018b. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/escola/250141-escola-municipal-itamar-martins-ferreira/sobre>. Acesso em: 1º jul. 2019.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Goiânia:** censo escolar: infraestrutura. São Paulo: Fundação Lemann, 2018c. Disponível em: https://www.qedu.org.br/cidade/1158-goiania/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acesso em: 1º jul. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOIÂNIA (Município). Decreto n. 1.640, de 17 de abril de 1996. **Diário Oficial**, Município de Goiânia. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/download/legislacao/diariooficial/1996/do_19960417_00001640.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

GOIÂNIA (Município). Secretaria Municipal da Educação e Esporte. **Portaria Secretaria Municipal da Educação n. 52, de 02/12/2015.** Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2006/do_20060103_000003793.pdf. Acesso em: 27 dez. 2018.

GOIÁS (Estado). Secretaria de Educação e Esporte do Estado de Goiás. **Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás 2017/2018.** Goiânia: SEDUCE, 2016. Disponível em: <http://portal.seduc.go.gov.br/SiteAssets/Lists/Noticias/AllItems/Diretrizes%202016-2017%20-%20ENSINO%20M%C3%89DIO.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Biblioteca escolar e a leitura. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 35-45, 2003/2004. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/download/404/508>. Acesso em: 6 jul. 2019.

INSTITUTO PRO-LER. **Retratos da Leitura no Brasil.** São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2016. Disponível em: www.prolivro.org.br. Acesso em: 6 jul. 2019.

JOLIBERT, Josette. **Formando crianças leitoras.** Porto Alegre: ARTMED, 1994.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura** um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MACEDO, Neusa Dias de (trad.). **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar.** São Paulo: IFLA, 2005. Disponível em:

<https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-manifesto-pt-brazil.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2019.

MANIFESTO da Unesco sobre bibliotecas públicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 7, n. 4/6, p. 158- 163, abr./jun. 1976.

MELO, Priscilla; VIEIRA, Ronaldo. **O bibliotecário como agente cultural**. São Paulo: AGRBOOK, 2012.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Adriana Aparecida de *et al.* Organizando e ativando a biblioteca escolar: desafios e propostas para a escola contemporânea. *In*: SIMPÓSIO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE JUIZ DE FORA, 3.; JORNADA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL, 11.; SEMANA DO PROFESSOR, 6., SEMANA DA EDUCAÇÃO, 5., 2005, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos** [...]. Juiz de Fora: UFJF, 2005. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo-2a7.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2019.

PERIN, Denise Alexandre. **Mediadores de espaço de leitura**: a prática em escolas municipais de Presidente Prudente. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009, Presidente Prudente. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/92293>. Acesso em: 6 jun. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis de biblioteconomia**. Brasília: Brinquet de Lemos/Livros, 2009.

SABINO, Maria Manuela do Carmo de. Importância educacional da leitura e estratégias para a sua promoção. **Revista Iberoamericana de Educación**, Portugal, v. 4, n. 45/5, p. 01-11, 25 mar. 2008. Disponível em: <https://rieoei.org/jano/2398Sabino.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE DE GOIÂNIA. **Proposta político-pedagógica para a educação fundamental da infância e da adolescência**. Goiânia, 28 dez. 2016. Facebook: smegoiania. Disponível em: <https://www.facebook.com/smeoiania/posts/609481465913117/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SILVA, Rovilson José da; BORTOLIN, Sueli. **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006.

SILVA, Carneiro Waldeck. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para a elaboração e realização. 17. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2007.

VITORINO, Maria José (trad.). **Directrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares**. Vila Franca de Xira: IFLA, 2006. Título original: The IFLA/Unesco School Libraries Guidelines. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Faculdade de Informação e Comunicação. **Projeto político pedagógico do curso de Biblioteconomia**. Goiânia: UFG, 2016. Disponível em: https://biblioteconomia.fic.ufg.br/up/75/o/projeto_pedag%c3%b3gico_dezembro.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é JOSÉ ROBERTO DA CUNHA BARBOSA, sou o pesquisador responsável e minha área de atuação é BIBLIOTECONOMIA.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma

Em caso de dúvida sobre a pesquisa você poderá entrar em contato com o(s) pesquisador(es) responsável(is), JOSÉ ROBERTO DA CUNHA BARBOSA nos telefones: (62) 98256-6112 e (62) 3242-0568. Em casos de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, no telefone: 3521-1215.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

- **Título da pesquisa:** Salas de leitura nas escolas do município de Goiânia e sua relação com Ensino Fundamental – Ciclo 1.
- **Justificativa da pesquisa:** Importância de se refletir sobre as salas de leitura no município de Goiânia, visando levantar indicadores e projeções para aprimorá-lo.
- **Finalidade:** Colaborar com uma visão de como são as políticas e ações implantadas pelo governo e como as escolas se adaptam de acordo com os recursos.
- **Objetivos:** Verificar como se configuram as salas de leitura no município de Goiânia; identificar os materiais bibliográficos disponíveis nas salas de leituras para o ensino fundamental - ciclo 1; verificar como funciona a cooperação da sala de leitura com a sala de aula no ensino fundamental – ciclo 1; levantar quantas salas de leitura nas escolas municipais de Goiânia atendem o ensino fundamental – ciclo 1; mapear as ações das salas de leitura que buscam estimular os alunos do ciclo 1 na formação do hábito de leitura.
- **Metodologia/procedimentos:** A pesquisa a ser realizada caracterizar-se-á como estudo de caso. Será utilizado um questionário presencial com perguntas abertas e fechadas que será aplicado em uma amostrada composta de coordenadores e responsáveis pelo ambiente da sala de leitura em duas escolas municipais de Goiânia.
 - A presente pesquisa não representa nenhum risco aos respondentes e, como benefício, a partir da aplicação de seus resultados, poderá servir de subsídios para a melhoria dos processos na área das salas de leitura.
 - A presente pesquisa será acompanhada pessoalmente pelo pesquisador.
 - Fica assegurado o direito do respondente de pleitear indenização em caso de danos decorrentes de sua participação na presente pesquisa.

- Caso haja despesas por parte do(a) respondente, decorrentes da participação na pesquisa, fica assegurado o direito ao ressarcimento.
- Não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação pela participação do(a) respondente.
- Todas as informações prestadas serão exclusivamente confidenciais e em nenhum momento serão identificadas ou ligadas ao(à) respondente, tendo, exclusivamente, o cunho de contribuição científica.
- Esclareço que a participação do(a) respondente é voluntária e que, em caso de recusa ou retirada de consentimento, em qualquer fase da pesquisa, não será penalizado(a) e nem terá perda de benefícios.

José Roberto da Cunha Barbosa

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, RG/CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento, se for o caso).

Local e data: _____

Nome e assinatura do sujeito: _____

APÊNDICE B – GUIA DE ENTREVISTA APLICADO ÀS COORDENADORAS

Objetivos da entrevista com os coordenadores.

- Verificar como é a visão da sala de leitura e quais são suas respectivas metas.
- Como é o processo de aquisição e descarte do acervo.
- Qual o papel dos governos dentro desse contexto.
- Qual é o posicionamento da escola mediante as dificuldades orçamentárias. (se existir)

Guia de entrevista: Coordenador responsável pelo Ciclo 1.

01). Existe uma formulação clara dos objetivos e finalidades da sala de leitura?

- Em lei do município ou em algum documento interno produzido pela própria escola e colaboradores?

02). Existe uma coerência entre o que é proposto e a prática do exercício da função.

03). O governo proporciona desenvolvimentos de projeto na sala de leitura?

(auxílios, concursos, prêmios, eventos culturais)

04). Como funciona a aquisição de livros?

- O governo envia os livros?

05). Existe um fundo de verba?

06). A escola tem liberdade de escolha desses livros?

- Os professores participam desse processo de aquisição?
- Os responsáveis pela sala de leitura também participam desse processo?

07). Como funciona o “descarte” dos livros?

- A escola tem liberdade para doar os livros?
- A escola devolve ou disponibiliza os livros para prefeitura?

08). A escola proporciona projetos que contemplem também a sala de leitura em datas festivas?

APÊNDICE C – GUIA DE ENTREVISTA APLICADO ÀS REPRESENTANTES DAS SALAS DE LEITURA

Objetivo da entrevista com o responsável pela sala de leitura.

- Identificar o perfil do responsável.
- Identificar o envolvimento do responsável pela sala de leitura.
- Verificar se a escola incentiva os alunos praticar a leitura como apoio didático.
- Verificar se existe o incentivo da leitura por prazer.

Questionário: Perfil Pessoal (obs.: não será identificado)

- Idade:
- Sexo:

Questionário: Perfil Profissional

Escolaridade:

Cursos fora da escola:

Cursos oferecidos pela escola/município:

Cargo de origem:

Cargo atual:

Readaptado? Sim / Não

Guia de entrevista: Responsável pela sala de leitura.

- 01). Qual é a frequência de visitas a biblioteca dos alunos do ciclo 1 e como funciona?
- 02). Qual horário de funcionamento da sala de leitura.
- 03). A sala de leitura é aberta a comunidade local?
- 04). O ambiente proporciona boas experiências de leitura?
- 05) O que pode ser melhorado?
 - Ideias possíveis de acordo com a realidade da escola. (ou não)
- 06) Existe alguma ação cultural ou projetos de leitura envolvendo a sala de leitura? Quais? Como funciona?
- 07) Foi ou é bem aceito pelos alunos?